



Assembleia Municipal

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2008

Acta n.º 23

Ao vigésimo oitavo dia do mês de Fevereiro do ano de dois mil e oito, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:45 horas, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, por convocatória de vinte de Fevereiro, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO PRIMEIRO: Aprovação da acta da sessão de 27/06/2007. -----

PONTO SEGUNDO: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 1 do Artº 53º da lei nº 169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO TERCEIRO: Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Concessão de um sistema de transportes públicos de interesse turístico em comboio rodoviário articulado (zona nascente da cidade) - concurso público, nos termos da alínea i) do n.º 2 do Artº 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na redacção conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUARTO: Apreciação e deliberação Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da constituição do Direito de Superfície a favor da Associação "Nuclegarve - Núcleo dos Motoristas Terras do Algarve" - Concretização da "Aldeia da Solidariedade", nos termos da alínea i) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO QUINTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, parque de Estacionamento P5, sito na Av.25 de Abril, Albufeira - Período máximo de duas horas diárias de estacionamento livre (gratuito) para fomento do comércio tradicional no centro antigo da cidade; -----

PONTO SEXTO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, sobre a desafecção do actual caminho público de acesso à praia do "Evaristo" e afectação de um outro - Construção de um Hotel Apartamentos, Quinta do Castelo - Albufeira, nos termos da alínea b) do n.º 4 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO SÉTIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da bancada da CDU, de uma Moção sobre "A revisão da Lei Eleitoral para as autarquias locais".-----

PONTO OITAVO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão das Grandes Opções do Plano 2008/2011, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO NONO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão do Orçamento para 2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

PONTO DÉCIMO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Adesão do Município à Confraria dos Enófilos e gastronómica do Algarve, nos termos da alínea m) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Alteração por Adaptação do PDM de Albufeira, nos termos da alínea b) do n.º3 do art.53º da Lei n.º169/99, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; A Segundo-Secretário faz a chamada: -----

PRESENCAS: -----

Feita a chamada constatou-se estarem presentes os seguintes membros da Assembleia Municipal: Carlos Eduardo da Silva e Sousa, Vítor José Cabrita Neto, Francisco João Magalhães Calhau, Paulo Alexandre Figueiredo Freitas, Fernando Vieira Vitória Cabrita, João Silva, Maria Perpétua Ramos, Ana Cristina Barreto da Assunção Patrício, Adriano Duarte de Horta e Nogueira Ferrão, Francelina da Luz Rodrigues Lourenço, Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo, Manuel José Guerreiro Gonçalves, Fernando Cabrita Neves, Francisco José Pereira Oliveira, Vítor José Correia Maria Vieira, Sílvia Duarte Correia da Rosa, Pedro Manuel Trovão Ferro, Maria Eugénia Xufre Baptista, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros, Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, e os Presidentes das Juntas de Freguesia, de Albufeira, Hélder Manuel Rodrigues Sousa, de Ferreiras, Fernando Manuel de Sousa Gregório, de Guia, José Cabrita, de Paderne, Francisco Manuel Fernandes Guerreiro e de Olhos d'Água, Berto Palma. -----

Registou-se ainda, a presença do Sr. Presidente da Câmara, dos Vereadores em regime de permanência, José Carlos Rolo (22.00), António Gonçalves e Carlos Quintino, e em regime de não permanência, o Vereador, Fernando Anastácio. -----

FALTAS: José Bota Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, Zara Cardoso (membro suplente). -----

SUBSTITUIÇÕES: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos José Bota Sequeira, Carlos Gabriel, Miguel Mesquita, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, dos membros João Silva e Maria Perpétua Ramos-----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia antes de iniciar os trabalhos chama os Srs. Isabel Gago e Sr. Rui Serôdio para tomarem posse como elementos do Conselho Municipal de Segurança. (Anexo 1). -----

Estando em falta um membro na mesa, o Presidente da Assembleia pede um voluntário de entre os membros da Assembleia para fazer parte da mesa em substituição do 1º Secretário José Manuel Bota Sequeira e ocupou o lugar a membro Ana Pífaros. De seguida passa a palavra ao público. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

Paulo Almeida - Boa noite a todos eu pertenço à Aldeia da Solidariedade e uma vez que hoje é aqui discutido o ponto quatro desta Assembleia vinha pedir aos Senhores membros da Assembleia se debruçassem sobre aquilo, pois da última vez não estivemos aqui presentes e coisa não foi muito bem contornada, hoje pensamos em estar aqui.

Segundo ponto, vou entregar um dossier a cada membro da Assembleia, mais pela segunda vez pedir a solidariedade pessoal de cada um, não é solidariedade institucional, é a solidariedade pessoal, por isso vou distribuir estes dossiers por cada um e obrigado a todos. -----

Luís Afonso - Boa noite Sr. Presidente e restantes membros da Assembleia vou perguntar duas coisas: uma é sobre as actas aqui da Assembleia, eu procurei consultar a de Abril do ano passado e não estava disponível, já estava disponível uma de Maio, mas a de Abril que eu tinha interesse em consultar não estava. Gostava de saber em relação a isso, se há possibilidade de consultar essa acta e uma outra questão, não sei como é que funciona, por isso gostava de perguntar sobre aqui a ordem de trabalhos, convocatória de ordem de trabalhos sobre determinados pontos que enquanto município possa ter interesse nomeadamente, esta noite está em discussão a aprovação do comboio turístico, houve uma comissão que reuniu, falou com alguns elementos dos táxis, onde foi proposto a essa comissão uma redução dos horários, os percursos, as paragens, algumas modificações nisso em que ninguém estava contra o comboio, estavam contra a forma como o comboio funcionava, nos moldes em que está, mais como uma carreira do que como um circuito turístico e a minha questão era sobre isso, já tenho estado aqui presente na Assembleia, a discutir a apresentar pontos da ordem de trabalhos em que ninguém se manifesta sobre eles, são aprovados e uma pessoa que esteja aqui presente como nós hoje, está o Sr. Presidente da Rádio Táxi, e se isso acontecer hoje com esse ponto da ordem de trabalhos a gente saímos daqui e os nossos colegas perguntam como é que foi aquilo do comboio e se calhar não sabe dizer e a minha questão era, existe algum mecanismo que nós possamos consultar o documento que faz parte da ordem de trabalhos, antes da Assembleia ou depois da Assembleia, era essa a minha questão. -----

Maria Alda Ramalho - Boa noite, era para saber sobre um muro na rua Sacadura Cabral, estava um muro pequenino aí com meio metro e agora está um grande muito grande, não se vê nada e até eu inclusivamente, um dia perguntei ao porteiro sou do Albufeira Mar - Rua Sacadura Cabral nº 21, e perguntei ao porteiro, as pessoas, quando tocam à campainha e eu agora com o muro, eu não vejo as pessoas, não vejo a cara das pessoas e diz que a rua é para subir mais um bocado a inclinar pois a água entra -nos dentro de casa e era para saber se aquilo vai ficar assim, ou como é que é? -----

Presidente da Assembleia - qual é a rua, desculpe que não percebi? -----

Maria Ramalho - Rua Sacadura Cabral, o meu marido não pode vir e vim cá eu, das obras do Polis aquelas que andam agora, Obrigado. -----

Carlos Ventura - Leu o seguinte documento: -----

C.M.A. CARLOS JOSE VENTURA SESHARIA

I

NA ULTIMA REUNIAO ASSEMBLEIA MUNICIPAL/NA PESSOA DO SR. PRESIDENTE EDISIDERIO RETURQUIL QUE NAO COMPREENDIA TINHA UM DOSSIER SEM O COMPREENDER/SIM E VERDADE O SR. PRESIDENTE NUMA REUNIAO ASSEMBLEIA SUA EX SR. PRESIDENTE EDISIDERIO FOI AS SESHARIAS DISSE-HE QUE NAO PODIA FAZER NADA, PSD, PSDS. O PS ALBUQUERCA E IGUAL OU PIOR O SR. PRESIDENTE ERA VAQUIEADOR. QUANDO ESTIVE EM GREVE DE FOME A PRIMEIRA VEZ O SR. PRESIDENTE TENTON DIAZODAR!. NUMA OUTRA GREVE DE FOME O SR. PRESIDENTE NA NOITE ONDE ME ENCONTRAVA RETURQUIL NAO PODE FAZER NADA/EU CARLOS VENTURA NAO PECO NADA PECO JUSTICA AO QUE ME FIZERAM, EM TEMPOS REPITO O SR. PRESIDENTE EDISIDERIO E EM FRENTE DO LOCAL EM QUESTAO SESHARIAS A SUA FUNCAO VARIADOR. E A C.M.A. POR ABUSO DE PODER POR FUNCIONARIOS FISCAIS VARIADORES ABUSARAM VERSE A OZAO NAO O ABUSO FEZ-SE UMA CURVA PARA AUMENTAR O PATRIMONIO DO VAQUIEADOR RETIRARAM O INDEVIDO FICANDO MAIS ESCONDIDO COM DANOS INCALCULAVEIS PROJECTO MAIS DE 4 ANOS E REFUSO CONSTANTE NAO DEIXARAM O PAIS DESENVOLVER/OS COMPARADOS A C.M.A. E A RESPONSVEL AS INFLUENCIAS AMIZADES A DEGRADACAO DOS VESTIDOS DESTA TERRA DE CULTURA MIZENARIA

1º ESTANDO AUSENTE EM FRANCA O ALINHAMENTO EXISTENTE AUTORIZADO C.M.A. FOI USURPADO EM TREQUEI NESTA ASSEMBLEIA OS DECOMENTOS COM O ALINHAMENTO, ZONA NORTE ZONA NASCENTE FAVORECERAM COM ABUSO DE PODER FORAM PARA AZEM DO QUE ESTAVA PROJECTADO AUTORIZADO PELO MESMA C.M.A. SR. PRESIDENTE COM A SUA ASSINATURA DO ACENAL A EPOCA. ZONA NASCENTE PENSOU POR MOTIVOS DE INTERESSES EM COMUM FAVORECENDO OS TERRENOS POR PERTO, PEZO QUAL SO VIM A SABER QUE O SR. EM QUESTAO ERA VARIADOR OS FUNCIONARIOS CAMARA, RIOS AUTORIZARAM ADMITINDO UMA CURVA. A RESPONSABILIDADE UNICAMENTE C.M.A. E FISCALIZACAO FECHAM E FECHARAM OS OLHOS ABUSOS BEM

Q.M.A. CARLOS VENTURA

II

PENDEINTE / O POVO SOFRE E ABUSADO DESABUSADO
2º FIZERAM O ZANIL E SO A 60 METROS ONDE EXISTE
CASAS NÃO FIZERAM EM FRENTE SEM CASAS A TOTALIDA-
DE FOI FEITO EM FRENTE SESMARIAS SOU VITIMA DAS
CIRCUNSTÂNCIAS DO ABUSO / SINTO ME VITIMA NA VERDA-
DE DE SER INCONFORMISTA REAGIR NO BEM. DE PENSAR
QUE ALGO NESTA SOCIEDADE ESTÁ ERRADO / É O MEU
COMBATE REAGIR TENTAR DECIFRAR, É O MEU ESTADO DIREITO
PERCORRENDO VIAJAR NO PENSAR DO SERE HUMANO
TENTANDO COMPREENDER A HUMANIDADE

3º A VESTURIA SESMARIAS FUNCIONÁRIOS Q.M.A SEM
REALIZO FALTA DE RESPEITO FOI MAIS UMA VEZ VITI-
MA OBLIDARAM ME RETIRAR UMA CHAMINE PELO QUAL TINHA
SIDO AUTORIZADO E EM ALBUFEIRA EXISTE CHA-
MINES ENQUADADAS E COM TEOR POUQUÍSSIMO / MAS
SESMARIAS NÃO INCOMODAVA NÃO PROIBIAVA NIN-
GUÉM

4º AO FALTAR ÁGUA 16 A 25 DIAS EM ENTREMI-
TEMPO TINHA DE TER GARRAFOES DE ÁGUA PARA
TENTAR DAR ASSISTÊNCIA. LAVAR MÃOS OU FAZER
AS NECESSIDADES ERA NECESSÁRIO LIMPEZA / ENTREI
EM CONTACTO COM UM AMIGO AVISANDO QUE IRIA
PARA OUTRA GREVE DE FOME A CONTACTAR O SR.
PRESIDENTE DA JUNTA DE FREQUÊNCIA SR. HELDER
O SR. HELDER PENSOU SE ESTAVA A BRINCAR. O
SR. RESPONSÁVEL DAS ÁGUAS SR. ARTUR DISSE
AO SR. HELDER QUE EU ERA DOIDO E OUTRAS
COISAS MAIS INCLUSIVE QUE HAVIA ÁGUA NO FINAL
MUDARAM O CONTADOR PELO SR. BICO ~~de~~ SE EN-
CONTRAVA PREPARADO PARA NÃO FAZER NADA EU
RESPONDI SE O SR. PENSA QUE ESTÁ BEM O SR.
É QUE SABE EU É QUE DISSE O QUE PODERIA
SER ESPERA ENTUJAMENTO FCC. O SR. PRESI-
DENTE DA JUNTA ALBUFEIRA PODERÁ CONFIRMAR.
5º SURTIRAM PROBLEMAS COM FOSSAS DE INÍCIO
ALGUNS FUNCIONÁRIOS AZEM DE TER SIDO PRO-
JUDICADO COM ALTOS CONSUMO DE ÁGUA FACTO-
RAS ELEVADAS POR NÃO HAVER DIÁLOGO DEI-

CMA. CARLOS VENTURA ZH
 XARAM AS TAMPAS DA FOSSA ABERTAS HÁ EXIS-
 TIR ACIDENTES COM CRIANÇAS QUE MORRERAM
 POR NEGLIGÊNCIA A C.M.A EM CASO DE ACIDEN-
 TE SERIA DE SUA RESPONSABILIDADE. FOI O SR.
 ROLIO QUE RESOLVEU O PROBLEMA
 GO O CAHIÃO DE LIMPA FOSSAS APOÓS RECOLHA NOS
 TROS LOCAIS A SUJIDADE COM LOCAIS MAIS APRO-
 PRIADOS PARA DESCARDA SEM INCOMODAR ENTRE
 VILA ROSAL E BARDIM DAS SEMARIAS A VILA
 ROSAL NA EPOCA EM CONSTRUÇÃO NAO ERA
 AFECTADA DEIXAVAM APOÓS DESCARDA NOS
 ESBOÇOS DEIXAVAM CORRER PELA ESTRADA O
 ZIQUID NA SEABUNDU PENDENTE 21 A 6 HORAS
 O CHEIRO ERA INCOMODATIVO PARA A ELIENTE
 AA O CONDUCTOR TENTOU ADREDIR-ME POR-
 QUE TIREI/UMAS FOTOGRAFIAS A CONFIRMAR
 A PROVA DO ACTO. NAS DIVERSAS DESCARGAS
 FO HA UN 3 6 A 4 ANOS QUANDO FIZERAM O
 ZANCIL NAS SEMARIAS EM FREINTE COMO HA
 ME REFERI UM RESPONSVEL NO MOMENTO PEN-
 SAVA QUE ERA UM TRABALHADOR CMA. MAS
 SIM O RESPONSVEL C.M.A. DISSE QUE NAO
 TINHA VERBAS POR 50 A 60 METROS DISSE
 ZHE O SR. ESTA A BRINCAR COMIDO PORQUE
 QUE NAO FIZERAM O ZANCIL NO LOCAL OMBE
 EXISTIA AS CASAS A RESPOSTA DO RESPON-
 SAVEL PARA IR QUEIXAR-ME A C.M.A A
 MINHA RESPOSTA O SR. ESTACIONARIO CA-
 MARARIO E SUA ESSA FUNÇÃO E UTILIZAR
 O BOM SEIUSO NESSE MOMENTO ERA O PS
 GOVERNAR C.M.A. O SR. DIREITA EU
 CARLOS VENTURA ERA A SOLUÇÃO DO COIV-
 RITO FUI VITIMA DAS CIRCUNSTANCIAS
 NAO ME VERGAM PREFIRO MORRER.
 POR ESTES MOTIVOS PORTUGAL ESTA NUMA
 ERISE PERMANENTE O POVO SOFRE.

EM. A. CARLOS VENTURO

IV

PELA INCURIA DE VOSSA IRRESPONSABILIDADE
8º EM FRENTE DA SECRETARIA DO SR. PRESIDENTE
BRIGIDA BOACAPARIDA O RESPONSÁVEL DOS FL-
DADOS NESTA EPOCA ME FALTOU O RESPEITO O
PROJETO ATEMOS DE MUDAR MAIS DE 4 ANOS
NÃO AUTORIZARAM UMA RESIDENCIAL NÃO DEI-
XARAM O PAIS DESENVOLVER POR INTERES-
SES DA O SR. PRESIDENTE CAMCO SILVA
FAZIA DE CORRUPÇÃO NÃO HÁ MUITO TEMPO
ME APERCEBI QUE CONSTA NA FINANCA S
UM PRIMEIRO ANDAR EXISTE UM RES DE
PHÃO A EMA NÃO AUTORIZOU A RESI-
DENCIAL NA ZONA APOS EXISTE CONSTRU-
COES INCLUSIVE VILA ROSA PERMITI-
DO 2 ANDARES PER-SE 4 ANDARES E
FOI CONSTRUÍDO UM BLOCO SEM LICENÇA
NÁ FINALIZADO A LICENÇA FOI CONCEDIDA
SERÁ COMO O SR. CAMCO SILVA FAZIA CORRUP-
ÇÃO.

OS TERRENOS EM QUE OS PRIMEIROS PROPRIETÁ-
RIOS NÃO TÊM AUTORIZAÇÃO DE CONSTRU-
ÇÃO APOS A VENDA A PREÇOS BAIXOS
POR ALGATRA TERCEIROS CONCEDEM-
2 HES. AUTORIZAÇÃO E FAZ-SE FORTUNAS
COM O SUOR DOS ORIGINARIOS. FAZ-SE TUDO
COM A PERCA MONETARIA DOS RESIDENTES
NATURAIS DE AZBUFEIRA, CONSTRUI-SE DESFI-
DURA-SE A ORIA MARITIMA, NAS DUNAS NAS FA-
ZESIAS SEMPRE OS MESMOS DE INTERESSES DE
PROVEDO CONSTRUÍ-SE SEM AZINHA MENTO UNS
UNS TAPAM O SOL UNS AOS OUTROS, ESTAS SI-
TUACOES SR. PRESIDENTE CONSIDERIO OS TÉCNI-
COS DE QUEM É A RESPONSABILIDADE DE
QUEM CONSENTE

HÁ MUITO TEMPO PEÇO INQUERITO POR TODAS
ESTAS SITUAÇÕES DE A NORMALIA DE AFORD

C.M. A CARLOS VENTURA

CAMARARI) A OPINIÃO PÚBLICA TEM DE RENASCER
A EVITAR A DESGRACA DE UM PAIS QUE SE AFUN-
DA PELO MISERABILISMO DE AFORO DO DOUTO DO PODER
O PODER É POR EM PRÁTICA O BEM ESTAR DA
PLANETA E DOS SEUS HABITANTES QUE SE EN-
CONTRAM POR PASSAGEM/PAIS NÃO REFLETIU
A MISÉRIA INCOMODATIVA DESDE AS DESCOBERTAS
EMRE PONTOS DE INTERROGAÇÃO À DATA ACTU-
AL A EMIGRAÇÃO É MOTIVO DE FUTURO QUE
PAIS TÃO ESTRANHO/
SR. PRESIDENTE ESIDÉRIO ESPERO QUE ME EN-
TENDA E COMPREENDA DESTA VEZ SR. PRESI-
DENTE SE NÃO COMPREENDEU EU CARLOS VOS-
VENTURA QUE ENTREGOU O CARTÃO DE BEM-
VINDA NESTA PORRÃO ASSEMBLEIA POR DESA-
CORDO EU ZHE FAZEI UM DESENHO
ALGUNS CHAMAM-ME RIDÍCULO PORCO ETC. HOJE
RETRIBUI COM ESTAS FRASES. A INQUIETUDE É
DE QUEM NÃO REGA COM ÁGUA PURA RECUPERAR-
DA AS RAÍZES GERMINAR O BOM SENSO/NÃO EXIS-
TE RECIPROCIDADE À MARGEM DA MENTE A FLORIR
AS SEMENTES DA ORIGEM HUMANA/O SR. PRESIDEN-
TE AINDA DESTA NÃO COMPREENDEU SERVIR É ACTO
DE NOBRE DE SENTIDO DE SERVIR QUANDO SE ENTRE-
DA UMA CASA QUEM PRECISA E RETIRA DA CAR-
TEIRA 75 EUROS PARA MATAR A FOME SERVIU.
NÃO SE SERVIU ESPERO QUE DESTA O SR.
PRESIDENTE ESIDÉRIO SIM COMPREENDEU
PERGUNTO-ME QUEM É RIDÍCULO É QUEM PRO-
CURA PENETRAR NO CERB. HUMANO A COMPRE-
ENDER SINTATIZAR ANALIZAR ESTA SOCIEDADE
PODE ZAMENTAR DE BOOISH DE INTERESSES
A MARINA UMA ABERRAÇÃO FAZSIFICADA ALBUQUER-
HISTÓRICA DESNÉVELADA AS PEDRAS OS MUIROS
AS NORAS OS ARCOS OS MOINHOS AS PONTES

P.M.A. CARLOS VENTURA

OS VESTÍDIOS AS CASAS TÍPICAS A HISTÓRIA DAS
HISTÓRIA DAS TENDAS QUE SE CONFUNDE COM
A REALIDADE ÀS CALÇADAS AS PEDRAS DE SEME-
TO MIZENÁRIO CULTURAL NUM POVO SEM HISTÓRIA
É A MEMÓRIA QUE SE EMPORRA,
LA MENTAVEL SOCIEDADE DE ATITUDE ENA ENABADA
DEGENERADA DE CLASSES SOCIAIS NO FAUSTO PRI-
MITIVO À FOME O GENOCÍDIO QUE SE PASSA EM
FRENTE DOS NOSSOS OLHOS DOS QUE NÃO QUEREM
VER ESPERANDO UMA MAOZINHA UM PADRINHO
DE CORRUPÇÃO ABREM OS OLHOS VEIÑAM A SOCIE-
DADE VEIÑAM A PLANETA VEIÑAM O MAR VIVO
QUE ESTÁ A HORRER / VEIÑAM O ANTÁRTICO / POLO
NORTE POLO SUL / VEIÑAM A SUBIDA DOS OCEANOS
VEIÑAM A AMOZONIA E AS FLORESTAS DA PLA-
NETA / VEIÑAM O BURACO DO OZONO E O BURACO
DAS ENTRENHAS DA TERRA ORIGINADO DAS EN-
TENAS DE MILHOES DE BARRIL DE PETRÓLEO
REVISADOS DIÁRIOS ANALIZEM EM CENTENAS
DE ANOS E SENTEM OS TREMORES DE TERRA
VEIÑAM O AQUECIMENTO GLOBAIS / A FALTA
DE ÁGUA / ÁGUA A MAIS COM A MORTE / SEM
ÁGUA TODO MORRE VEIÑAM OS ÍNDIOS A BEIRO
ZAGUA - O HUMANO É UM SER ENACABADO
VIZ SOIS POLÍTICOS SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA
SR. PRESIDENTE P.M.A. MEMBROS DA ASSEMBLEIA
VARIADORES. DEPUTADOS OPOSIÇÃO, SOIS
RESPONSÁVEIS PAGOS PARA PENSAR REFLECTI-
REM / O QUE SE PASSA NAS SES MARIAS
EM ALBUFEIRA É VERGOMOSO O INQUERIDO
É PERFIL DE ATITUDE DA MORAL MÍSTICA
DEMOCRÁTICA / É MES COMBATE PEZO SOFRI-
MENTO DO POVO QUE NÃO TEM PAO URGES
JUSTIÇA. O FAUSTO É TALISMA DE SOFRIMENTOS

CMA. CARLOS VIEIRA

VII

ESTE É O MEU COMBATE MEUS SENHORES HÁ
MUITO TEMPO ALGUÉM ME DISSE VOUS ALLER
ETTRE ENCORE VIVENT E SE COMPREEND
UM PRIMO DE GASTARD D'ESTIND

SR. PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA SR. PRESIDENTE
SR. SENHORAL ASSEMBLEIA DEPUTADOS VARIÉDO-
RES NAS DIVERSAS REUNIÕES CAMARARIAS NAS
REUNIÕES ^{ASSEMBLEIAS} MUNICIPAIS FORAM ENTREGUES DE-
COMENTOS E BRABADO O CONTEUDO DO ABUSO
QUE ME FOI IMPOSTO SR. PRESIDENTE EDISI-
DERIO ANALIZE AS BRABADOES A EX VARIE-
DORA DA RUZURA COMPREENDEO PORCAMPO
O SR. DEVERIA TER ATENCAO QUANDO DIZ
QUE NÃO COMPREENDEO NADA A MINHA
SITUAÇÃO A ESTRADA FAZO POR ELA
SR. PRESIDENTE ANALIZE A CARTA MAPA
LOCAL

QUEM ESTENDE/FALICITANDO O ESTENDER
DA MÃO A ESNOZA/PARA O ALIMENTO
É O DESONOR DA HUMANIDADE DE UMA
SOCIEDADE QUE PERDEU A FACULDADE
DA SUA PRÓPRIA CIVILIZAÇÃO

AO ABUSO QUE FUI VÍTIMA
AO QUE FIZERAM A ALBUFERIA
POR TUDO EXISTO INQUERITO

Texto: O PORCAO HUMANO DENTRO DUM CORPO
 TENHO UM COFRE CHEIO DE REBIS DIAMANTES
 SAFIRAS PRATA OURO DE TAMBAMHA RIQUEZA AO
 FALAR DE FRENTE DOS OLHOS AOS OLHOS/DE OUTROS
 OLHOS/. PENSAM ESTE HOMEM E RICO
 DESPINDO-ME A NU REAPARECE UM COFRE ESCONDI-
 DO DENTRO/DENTRO DUM CORPO SOFREDOR/UM CO-
 RACO DE HUMANIDADE JUSTICA E AMOR PELOS
 QUE SOFREM NA MISTICA PEZA INJUSTICA AVAREZ
 DESTA SOCIEDADE INJUSTIFICADA INCOMPETENTE
 PEZA INAPTIDAO EM QUE A SOCIEDADE SE COM-
 PORTA PEZO SEU SEMELHANTE/. DANDO A VIDA
 HUMANA AS FERAS.
 A GUERRA A GUERRA A GUERRA/A VENDA DE ARMAS
 MENTO/. A MORTE.
 SOCIEDADE ENVEQUADA PELO PRISMA DE ABUNDANCIA
 DE VUS. FERRE A CONSCIENCIA O CONSENSO DO
 PENSAR POSITIVO DE EQUILIBRIO DA PROPRIA
 HUMANIDADE CONJUGANDO O VERBO AMOR AO
 VERBO ESPERANCA MENTAZ/PONDE EM PERIGO
 O FUTURO DAS CIVILIZACOES E SOCIEDADES NA
 MORTE DA PLANETA NA EXTINCAO DE FUTURO A
 MORTE DA SOBREVIVENCIA ANIMAL VEGETAL MARI-
 NHA A EXTINCAO TOTAL A VIDA PLANETARIA
 NO SENTIMENTO QUE SE ENVOLVE NA MINHA
 MENTE./A MENTIDA E ESCONDER A VERDADE
 REAL HEUTE SR. PRESIDENTE ISTO O SR.
 PRESIDENTE NAO COMPREENDE. O RESTO O QUE
 ME FIZERAM TUDO FOI GRAVADO FALADO NAS
 REUNIOES CAMARARIAS ASSEMBLEIA E DECOMEN-
 TACAO ENTRE OUTRA E OUTRA REUNIAO INCLU-
 SIVO OPOSICAO. A FORCA DE VONTADE VERDE OREDO
 O NERO E ORGANICA DE ORGANISMO

SR. PRESIDENTE DESIDÉRIO
 SE PERANTE ESTA INSTÂNCIA NÃO HÁ FOR
 FEITA INSTÂNCIA AQUI EM ALBUFERA VOU
 ENVIAR ESTABILIDADES PARA O SR. PRES.
 DENTE DA REPÚBLICA E SENHOR PRIMEIRO
 MINISTRO E PARA O I. D. A. T. - INSPEÇÃO
 GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO
 ESPERANDO QUE TUDO SE RESOLVA
 ESPERO QUE ESTAS AUTORIDADES ENVIEM
 ESTE MES CASO PARA MINISTÉRIO PÚBLICO

Presidente da Assembleia: Temos aqui então uma pergunta do Sr. Luís Afonso que me é dirigida, a questão da acta de Abril de 2007. A acta, penso, está ainda a ser concluída. É uma acta muito extensa; no entanto, as deliberações tomadas já foram todas publicadas. A acta, se quiser consultar as respectivas deliberações, pode vir aos serviços da Assembleia. Em relação à questão de saber quando é que são as assembleias, é uma questão de estar atento porque as respectivas convocatórias são sempre publicitadas, designadamente por via de edital ou também na Internet. De qualquer forma, se quiser, pode passar por este edifício e saber quando serão as Assembleias municipais. -----

Quanto á questão de participação, segundo o meu entendimento, os senhores podem participar em todas as assembleias, porque são todas públicas, de forma verbal ou até por escrito e se o quiserem, também em qualquer altura poderão, nos serviços da Assembleia, entregar documentos escritos, enfim, aquilo que entender; e será trazido à Assembleia, ou seja, tudo o que qualquer cidadão, seja em termos individuais, ou seja em termos colectivos, uma associação, por exemplo, resolva trazer à assembleia municipal, pois em principio isso será considerado; portanto a regra é esta, as assembleias são públicas, todas elas, e portanto, nós estamos aqui para isso mesmo. Os serviços da assembleia, se não souber, são ao fundo deste corredor, o gabinete do lado esquerdo. Está aberto sempre, a porta está encostada, mas está sempre aberto. No horário normal de expediente. está lá a nossa secretária, Sónia, que poderá sempre receber os cidadãos e eu também estarei disponível para isso. -----

Em relação aos documentos já publicados, em termos formais, actas, pode pedir as actas todas que já estejam aprovadas pela Assembleia. Quanto à parte deliberativa, em regra processa-se na própria assembleia em que são tomadas as deliberações, a aprovação das mesmas por acta em minuta, de forma a se tornarem eficazes de imediato com a sua publicidade; o serem aprovadas e publicitadas imediatamente as deliberações tomadas, é que constitui o efeito útil das assembleias municipais; as actas gerais, com tudo o que se passou já podem, assim, sem causar dano, ser

aprovadas e publicadas mais tarde, descrevendo tudo o que se passou em Assembleia. A esta parte em que fui questionado, é o que tenho a dizer. Em relação às outras questões, não sei se o Sr. Presidente da Câmara quer responder a alguma. -----
Presidente da Câmara - Vou responder a duas questões e vou começar pelo Sr. Carlos Ventura: Sr. Carlos Ventura, temos falado algumas vezes e quer nas reuniões da Câmara Municipal quer na Assembleia Municipal é colocada a questão da injustiça em relação àquilo que foi em determinada altura, em determinado momento, praticado, na sua óptica, por uma intervenção camarária, que o prejudicou, enfim tirou terreno, favorecendo, segundo diz, outras pessoas, estamos a falar de um processo que tem, não sei, treze, catorze anos mais ou menos, não estamos a falar de uma coisa recente, estamos a falar de um processo com treze, catorze anos, e portanto eu acredito naquilo que é a preocupação e as questões que tem levantado e eu já disse ao Sr. Carlos Ventura e com todo o respeito, dos documentos que procurei que os serviços encontrassem, obviamente que não há matéria para que essa situação seja identificada. Agora o que eu lhe disse claramente é que se o Senhor tiver elementos cadastrados do seu terreno, se se verificar, digamos essa retirada e essa utilização desse terreno sem qualquer contrapartida, eu desde a primeira hora que me mostrei disponível para encontrar uma solução dentro do enquadramento da legislação que a Câmara tem que se pronunciar, sobre as questões que refere, obviamente, que se tem a certeza se tem documentos, se tem elementos, eu acho que deve. -----

Carlos Ventura - Posso falar? -----
Presidente da Câmara - Pode, mas deixa-me acabar, eu estou a falar consigo, com todo o respeito e consideração, 1º ponto - o que eu lhe peço é que e já lhe disse isto várias vezes, é porque nós estamos numa Assembleia Municipal, como já estivemos na Câmara, há aqui pessoas de fora e podem ter a noção, ou podem, não conhecendo a história, pensar que isto é uma situação que tem um ano ou tem 15 dias, ou que tem 3 ou 4 anos. Este processo, é um processo antigo, mas do qual a Câmara, instituição que é pessoa de bem, pode procurar assumir. Agora há uma coisa que esta instituição, em que vive nestes tempos o enquadramento daquilo que você pretendia fazer há 14 ou 15 anos atrás não o consegue fazer agora, agora se a Câmara da altura lhe ocupou o terreno que era seu, não o assumiu, não pagou não teve contrapartidas, eu já lhe pedi, várias vezes, que me, em termos de cadastro, em termos daquilo que acha que é a sua justiça, que a Câmara encontrará forma de nessa parte, pelo menos assumir essa responsabilidade. Estou a falar de instituição. Isto que fique bem claro. Portanto não houve independentemente de todas essas questões de todos os documentos, e eu todos os documentos que o Sr. entrega, eu peço para que juridicamente sejam todos analisados, embora às vezes haja dificuldade nalgumas ligações da leitura, mas isso toda a gente percebe, e ouvindo aqui, agora o facto é que se aqueles documentos, qualquer deles que o Sr. me entregue, desde que nós achemos que tenham alguma matéria que ponha em causa, seja o que for, somos nós que até enviamos para o Ministério Público essas questões, não estamos à espera que o Sr. envie, o Sr. tem todo o direito de enviar e quando se fala no global é preciso identificar os casos, as situações e aí sim, porque se não, dá a impressão que estamos todos a fazer fretes a este e àquele, mas nessas questões é preciso que elas sejam assumidas, sejam

identificadas e cada um de nós responde perante a justiça e perante as normas vigentes daquilo que são responsabilidades de cada um dos intervenientes, seja à época, seja agora. O que eu lhe peço mais uma vez, é que além desta abordagem que fez e que no fundo é a sequência das outras que fez, já lhe pedi várias vezes, Sr. Ventura, o Sr. deve ter, plantas cadastrais, identifique o terreno, diga quais foram as áreas que a Câmara na altura utilizou para fazer a estrada. Agora, não me vai com certeza exigir, nem eu consigo dar resposta da utilização do território, e se um de lá de cima fez não sei quantos apartamentos e o Sr. não conseguiu fazer um primeiro andar eu não lhe consigo encontrar a solução como deve calcular, no momento actual e em função dos planos de ordenamento em vigor. Isso aí com todo o respeito que eu tenho por si, nem a si nem a ninguém, portanto que fique bem claro esta situação agora obviamente que esta é a resposta que eu tenho para lhe dar, quanto aos passeios e quanto à iluminação, há um processo de concurso neste momento em vigor e mais tarde não sei quanto tempo se é um mês se são quinze dias para acabar aqueles passeios, mas isso é um processo que tem um vereador a acompanhar, houve situações que o Sr. levantou que quer eu, quer o Prof. Rolo lá fomos e resolvemos porque eram preocupações que o Sr. tinha, isso aí, mesmo o Sr. confirma essas questões correcto? Agora há outras questões que eu não consigo resolver que é porque é, que não fez e os outros fizeram, não consigo nem vou conseguir, que fique claro. -----

Carlos Ventura - Sr. Presidente, eu peço um inquérito, posso falar Sr. Presidente! Sr. Presidente não precisa cadastro, os Srs. têm o alinhamento próprio terreno, vê-se a olho nú, que a pessoa, que era vereador, que abusou do poder, e fez uma curva, fizeram uma curva para aprovar um terreno o que o Sr. está a dizer evidentemente há pessoas aqui que não são de cá, como o Sr. diz, mas o que eu digo está ali fixado. É a realidade e a verdade e quando o Sr. foi lá era vereador, ninguém fez nada, Sr. Presidente, não sou eu que tenho que fazer par a resolver essa situação é a própria Câmara que o fez eu não tenho nada a dar documentos nenhuns e agora eu digo-lhe se por acaso eu não fiz, há um abuso há pessoas que tem terrenos e não podem construir, o Sr. tem por obrigação analisar essa situação, porque há terrenos que as pessoas venderam e depois de vendidos fizeram. Lá na minha frente está um terreno vedado até parece que é o Presidente do Benfica que comprou não tenho a certeza, o Sr. vá ver a zona verde vai ser construído, Para terminar é o seguinte as pessoas não são de cá, vão lá ver, está ali um rapaz que é de lá, sabe, fizeram uma curva, tomaram o terreno, Sr. Presidente, de um lado e do outro, peço desculpa e o Sr. é só ir lá, o Sr. esteve lá e viu perfeitamente, as pessoas não são de cá e evidentemente não sabem o que se passa, é muito fácil o Sr. falar como fala, eu estou a falar por mim e nem só por mim, eu estou a falar também pelos outros, que fizeram a este país, deram cabo de Albufeira. Sr. Presidente, peço desculpa, eu até nem devia de ouvir a resposta que o Sr. dá que eu já sei inclusivamente é sempre a mesma coisa, eu sinto na pele, eu peço desculpa, que eu vou andando. -----

Presidente da Câmara - Falta-me responder à D. Maria Alda Ramalho, o que se passa naquelas circunstâncias, é evidente que o muro que lá estava tinha à volta de 70 cm de altura, conheço bem o processo, eu quase todos os dias de manhã lá vou às 8 horas, oito e tal, quase todos os dias de manhã vou lá ver isso, e neste momento o que é que

acontece? Sabe que aquela intervenção em função da escada e das condições da arriba teve de levar um grande suporte e a Sra. sabe melhor que eu, de um material injectado que teve que levar para suportar tudo aquilo, para quê? Para reforçar a estrada em cima e obviamente para conter a pressão de todo aquele processo que lá está a ser construído, e neste momento, o que eu pedi, eu tenho verificado aquilo, e o muro que lá está feito, a partir daquela parte mais baixa, tem na volta de um metro e oitenta e eu pedi que me fizessem um ensaio, em termos do nível do pavimento, depois do passeio que vai levar, para verificar a que altura é que fica entre o passeio e a parte de cima e penso que a altura que ficará liberta anda à volta de um metro e cinco e há aqui uma questão que tem a ver e ainda ontem, por acaso falei isso com a Dra. Cristina que ali está, que tem a ver com a questão de segurança, enquanto nós na altura tínhamos um muro com 60, por baixo o que tínhamos, tínhamos uma arriba, uma zona que tinha terra, tinha vegetação e tinha, digamos, condições, se houvesse uma queda, portanto havia logo ali um metro ou dois, logo um suporte. Neste momento o que é que acontece, face àquela intervenção deixou de existir, as regras dizem, é como nas varandas, não pode haver muros, não pode haver menos que um metro e cinco, metro e dez, um metro neste momento, é isso, o que é que eu pedi, que fizessem um ensaio, para depois com a cota da calçada do passeio, verificar até que ponto é que aquilo fica, digamos, em termos da segurança, há ali outra questão, que eu posso ir lá amanhã de manhã, e se estiver lá, eu posso ver essa questão que referiu, que é a possibilidade de fazer um corte no muro e meter-mos um gradeamento, para tentar, porque a ideia inicial era procurar que aquele muro ficasse configurado exactamente como estava o muro anterior, ou seja, até inicialmente era engrossar o muro além do betão, engrossar o muro fazer-lhe uma bondade por cima que fizesse a continuação daquele que encosta àquela prédio que ainda está lá um bocadinho, esta era a base só que àquela altura é uma altura que não garante a segurança de uma pessoa que se encosta ali e pode cair, temos que ali verificar duas questões, se a questão do metro e cinco liberto se tem, pode criar essa questão, enfim da falta de visibilidade e nesse contexto, repensar a possibilidade de cortar 30 ou 40 cms e meter uma vedação, uma grade para libertar um pouco a vista, é como lhe disse é um processo que eu tenho acompanhado, como sabe vou lá quase todos os dias, vejo a Sra. muitas vezes e acompanho isso. Recebi um e-mail de uma senhora lá da rua, não sei quem foi mas pronto, é evidente que ninguém põe um muro de dois metros à frente da porta nem sequer estamos a falar de questões de falta de respeito, ou de propósito. Estamos a dizer é que aquela intervenção, é uma intervenção que vocês têm apreciado melhor, do que eu e a complicação dela, mas há aqui uma questão que é esta, é procurar duas coisas, para já aquilo que lá está em termos da garantia da sustentabilidade da própria estrada de cima e depois é a segurança em relação à altura de quem passa a pé e não cair lá para baixo, está bem, acredito que sim, o que estou a dizer é que mesmo que caísse, é uma questão de segurança é que se um dia cai, aquilo não tem altura de acordo com a legislação, portanto, quem vai a tribunal é quem é responsável criminalmente, é o Presidente da Câmara, aliás não se viu agora nas cheias em que morreram aquelas senhoras, quem está em causa é o Presidente da Câmara que não mandou arranjar aquele muro, ou o Estado, ou o Presidente das Estradas de Portugal. São questões jurídicas complicadas,

portanto, mas eu como lhe disse vou lá amanhã às oito horas ver isso e depois vamos conversar sobre isso, é uma das situações que não está descurada, está a ser acompanhada. -----

Alda Ramalho - É a estrada que também vai ser levantada. -----

Presidente da Câmara - mas não vai ser muito. -----

Alda Ramalho - A porta é baixinha se vai ao nível. -----

Presidente da Câmara - Isso é uma questão que a gente pode ver lá, e agora não estou a ver, mas se puderem estar lá amanhã de manhã, como às vezes costumam lá estar, eu estou lá de manhã. As fotografias, eu conheço aquilo, se quiser deixar, pode deixar, pois como sabe e temos nos encontrado muitas vezes de manhã quando você anda a passear o seu cãozinho. -----

Senhora - A altura da parede -----

Presidente da Câmara - Mas aquela altura de parede, vai ser, repare, aquilo que lá está, já lhe disse, tem um metro e oitenta que vai ser cheia para acompanhar, não vai ficar aquela altura. -----

Senhora - Como lhe demos resposta, que era 85 cm na parte mais alta porque o muro ia-se fazer junto à escada.-----

Presidente da Câmara - Posso lhe garantir uma coisa não lhe vou dar aqui a resposta já só lhe posso garantir é o seguinte, que é como sabe, eu tenho lá ido, estou a acompanhar isso, e o que vamos fazer é no sentido de encontrar ali um equilíbrio que obviamente não ponha em causa duas coisas: a questão da segurança e, obviamente, a possibilidade da visibilidade. -----

Senhora - Há grades, tira a vista. -----

Presidente da Câmara - Isso não está fora de questão. -----

Luís Afonso - Se calhar não fui claro na minha pergunta em relação à acta de Abril, OK está entendido, em relação à questão aqui da ordem de trabalhos e das proposta que existem a minha questão era, eu posso consultar essa proposta que existe, por exemplo no caso concreto hoje dos táxis, anterior aqui à ordem da Assembleia, essa é a minha questão. -----

Presidente da Assembleia - Pode, a partir do momento em que há uma convocatória da Assembleia o Sr. pode vir aqui aos serviços da Assembleia, toma conhecimento da ordem de trabalhos, e pode tomar conhecimento das propostas existentes. -----

Luís Afonso - Pronto ok, assim estou esclarecido, porque por exemplo, em relação a essa acta de Abril, eu pedi por escrito, mas pronto agora, já está esclarecido, obrigado. -----

António Santos - Senhores boa noite, é só para dizer que custa-me muito ver neste momento, a situação do Imortal de Albufeira. É um emblema de Albufeira. Infelizmente neste momento está a cair regional e como sendo um emblema da maior cidade turística de Portugal, como sabem, Albufeira recebe por ano 3 milhões de turistas, como é que é possível o Imortal de Albufeira estar nesta situação? E o que me incomoda muito é a situação dramática dos jogadores como sabem no tempo do Sr. Fernando Barata havia ordenados de 500, 600, 700 contos, infelizmente o Sr. Fernando Barata retirou-se é a queda vertical, o Imortal neste momento está em risco de desaparecer a nível competitivo nacional, eu não percebo porquê, não há interesse

em Albufeira no Imortal? Não há ninguém que tome conta do Imortal, não há uma grande companhia que dê 200, 300 mil contos ao Imortal, como deram às Ferreiras ou à Guia esses 300 mil euros, não há? A Câmara Municipal não pode subsidiar como já faz tão bem, muito mais o Imortal? Porquê que a Câmara não põe Albufeira Capital do Turismo de Portugal e elege o Imortal ao lugar que merece porque o Imortal neste momento está em risco de desaparecer. Conheço bem as pessoas do Imortal eu trabalhei já no imortal com o Sr. Fernando barata e realmente o Imortal tem umas excelentes condições para se desenvolver o Turismo, Sr. Presidente, excelentes, excelentes, Albufeira, tem condições para superar Vila Real de Santo António, o Sr. Presidente sabe Vila Real é neste momento a nível turísticos. As grandes equipas estão a desaparecer do Algarve, antigamente tínhamos aqui o Bayerne, o Liverpool, etc., retiraram-se todas para o Alfamar, porquê? Isto é uma doença intérita. Porquê? Isto só para terminar, porquê que não há ninguém que ajude o Imortal pague os ordenados aos jogadores que é um problema dramático e o Imortal neste momento como desceu de divisão tem ordenados baixíssimos, 500, 400, 600 euros por mês e Sr Presidente não há uma possibilidade de a Câmara efectivamente lançar o Imortal para o lugar que merece que é a Divisão de honra, muito obrigado. -----

Carlos Ventura -Sr. Presidente eu entreguei o alinhamento, aqui na Assembleia que o Sr. pediu, peço desculpa, tinha que dizer isto para ficar gravado. -----

Presidente da Câmara - É só para dizer ao Sr. António Santos, o seguinte nós estamos a falar do Imortal Desportivo Clube, Imortal Desportivo Clube tem todo o apoio da Câmara, todo o apoio da Câmara, e tem o apoio da Câmara em várias áreas. Tem o apoio em termos das infraestruturas desportivos, os equipamentos são todos municipais, o investimento é um investimento municipal muito forte, tem as condições logísticas de transportes para o Imortal Desportivo Clube e tem o apoio financeiro para o Imortal Desportivo Clube e portanto é uma das funções da Câmara é apoiar os clubes desportivos e prioridade absoluta a formação, sabe que o Imortal Desportivo Clube é um clube e é uma bandeira mas há uma coisa que foi criada há uns anos que se chama SAD e os jogadores que estão neste momento na 3ª Divisão Nacional não fazem parte do Imortal Desportivo Clube, como clube. Mas fazem parte de uma estrutura chamada SAD e as Câmaras Municipais não podem subsidiar nem podem, digamos, intervir no âmbito de uma SAD uma SAD é uma instituição de capital essencialmente privado, portanto o que é o imortal em termos do Imortal Clube, no apoio as camadas jovens no apoio á formação ao basquete ao futebol, á academia de dança, tem uma intervenção dentro de legislação diferente, no concelho, o único clube que tem essas características de SAD é o Imortal, portanto, é evidente que haverá com certeza empresários, haverá com certeza pessoas interessadas, mas tem de ser no âmbito da gestão da própria SAD eu, o ano passado fiz um esforço grande e conseguiu-se alguns empresários, no ano passado digamos que geriram e deram algum apoio ao Imortal, só que este ano essas pessoas não estiveram interessadas, e portanto a função da Câmara é como eu lhe disse, é a prioridade absoluta em termos de criação das infraestruturas, apoios da formação, apoio logístico apoia de transportes porque a formação é o suporte de toda a levulato desportiva de um concelho, e neste momento o que acontece em relação ao imortal é isso, esta a passar por um processo, digamos, a sofrer um

processo que teve a ver com a criação, de uma determinada estrutura, e do qual agora tem dificuldade em sair, esta é a realidade e portanto e como vocês sabem, cada vez mais temos ouvido na televisão e vemos todos os dias na televisão, tudo o que é política, futebol, cada vez está mais complicado, e política no futebol daquilo que é o futebol da formação, de pormos centenas e centenas de miúdos, criar as condições e melhorando os estádios, construindo os sintéticos, aí conseguimos dar resposta, digamos, da nossa parte às instituições em termos daquilo que é o futebol do imortal, neste momento é uma SAD enquanto o futebol de Ferreiras ou Guia não são, são os clubes em si. Neste momento o problema complicado é de ser uma SAD e obviamente não haver empresários disponíveis ou outros parceiros para um processo que não está evidentemente na nossa função, enquanto instituição, a nossa função enquanto instituição é a formação e o desenvolvimento desportivo desde os miúdos dos três, quatro, cinco, seis anos, por aí fora. -----

Alexandre Freitas - Urbanização Vale Pedras - eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente da Assembleia quando há pouco referiu que o Sr. Luís Afonso poderia consultar as actas não sei se tem a noção daquilo que disse porque quem quiser consultar as actas das assembleias, a última que lá está é de Maio do ano passado, portanto se eu quiser consultar a acta do mês passado eu não vou poder consultar no site não é, infelizmente. -----

Presidente da Assembleia - Tenho noção de tudo aquilo que eu disse. Já terminou? ----

Alexandre Freitas - Não, não terminei. -----

Presidente da Assembleia - Então acabe lá, se faz favor. -----

Alexandre Freitas - Ao Sr. Presidente da Câmara gostava de lhe perguntar e sei que disse publicamente que não era a favor da criação de um novo espaço comercial em Albufeira. Gostava de saber a sua opinião se é verdade ou não, se é a favor da criação de um novo hipermercado em Albufeira e também o apoio na verdade que se vai dar aos nossos comerciantes da baixa, isto preocupa-me como já disse há uns tempos atrás e acho também, que eu acho também todos os representantes aqui da Assembleia têm em mão aqui este projecto da Aldeia da solidariedade acho que deveriam dar uma vista de olhos com atenção porque acho que é um dos projectos com bastante capacidade para a nossa cidade. -----

Presidente da Assembleia - Em relação à questão das actas poderem ser consultadas não sei se o Sr. percebeu o que disse, provavelmente estava desatento. As actas podem ser consultadas depois de aprovadas. Só a partir daí é que são publicadas, designadamente a nível de Internet, mas sempre e só depois de aprovadas por esta assembleia. -----

Quanto á utilidade das actas, o que tem real interesse nesta Assembleia é o que aqui se delibera; isto é uma assembleia deliberativa. Ela não está aqui propriamente, para publicar intervenções feitas. Não é esta a importância desta Assembleia, mas sim, das deliberações aqui tomadas, que são publicadas 2, 3 dias após terem sido tomadas. São publicadas em jornais, salvo erro, dois, a Avezinha e o Notícias de Albufeira e portanto, todos os actos deliberativos são publicados na semana seguinte. Nós aqui tomamos é deliberações. Não estamos aqui para conversar. A conversa é necessária para tomar ou justificar deliberações, mas o que importa mais nesta Assembleia, são

as deliberações tomadas e a essas dá-se publicidade imediatamente com o espaço de dois, três dias. -----

As actas, quanto áquilo que aqui se passou, eu podia optar, por mandar fazer apenas resumos do importante, mas eu prefiro e tive como metodologia, gravar tudo e reproduzir as gravações. Dá muito trabalho. Dá muito trabalho passar tudo a limpo e com o único objectivo, de que fique registado para o futuro, o que se passou; não é para nós, que estamos aqui agora, mas para o futuro, para quem quiser depois consultar. Isto dá muito trabalho e leva tempo. Agora, quanto à a utilidade imediata, nós não levamos mais que dois, três dias a mandar publicar as deliberações e quanto a isto estou absolutamente descansado e compreendo perfeitamente aquilo que faço. A questão está respondida. -----

Presidente da Câmara - Dr. Alexandre Freitas o que eu disse foram duas coisas muito concretas e é público o que eu disse. Eu não sou fã das grandes superfícies e nunca mexi uma palha para trazer para Albufeira nenhuma grande superfície, sou preso a um instrumento de planeamento do território, foi o que eu disse e em relação ao apoio aos comerciantes o que eu disse é que neste momento estava em processo de concurso o parque de estacionamento, onde era a Bomba da BP, a requalificação da Rua 5 de Outubro estava para intenção de adjudicação e a Cândido dos Rei está feito o concurso e que estamos a trabalhar para que um consórcio agarre a posição de uma empresa que tinha ganho o parque de estacionamento do INATEL e que abdicou e portanto estes são os que 4 pontos fundamentais da intervenção diria que pode fechar a malha do apoio aos comerciantes. Por outro lado assinámos um protocolo com a ACRAL e temos previsto várias acções com a ACRAL para aquilo que é a promoção e valorização do comércio local, são estes os pontos que lhe quero transmitir. -----

Presidente da Assembleia - terminou o período de intervenção do público, vamos passar à leitura da correspondência resumida. -----

Dra. Eugénia faz a leitura da correspondência -----

Presidente da Assembleia - Lida a correspondência vamos passar ao período da intervenção dos membros da Assembleia Municipal antes da ordem do dia. -----

Ricardo Silva - Boa noite a todos, eu só gostava de perguntar ao Sr. Presidente se, de facto, não é fã das grandes superfícies, então é fã do quê? Porque numa Assembleia Municipal que houve aqui no passado, de facto, houve uma grande constatação por parte dos comerciantes do comércio, dito tradicional, sobre a falta de condições que tinham e pela inércia da Câmara Municipal na resolução de algumas questões que tem a ver com os problemas existentes na parte que é o pequeno comércio, o comércio tradicional daí eu fiquei sem perceber qual é. Já sei que é fã do Sporting, mas não sei se é fã do comércio tradicional, ou não. Relativamente aquilo que está em discussão eu tive acesso hoje à entrevista, fiquei um bocado estupefacto, relativamente aquilo que é dito, porque não sei, acho que nessa altura fazia parte do executivo o actual Presidente da Câmara, o Sr. Desidério Silva e, não sei se, na altura, apresentou alguma proposta, alguma alteração e durante este tempo todo, ou seja durante estes seis anos ou mais tempo que é Presidente da Câmara acho que poderia ter havido alguma intenção da parte da Câmara de resolver aquela questão. Acho que não houve eu pergunto, isso não são questões, eu acho que temos de assumir de facto aquilo que

somos para o bem e para o mal não podemos agora vir à praça pública e proferir coisas que não foram e digamos que, são estas questões que queria, eu nem queria abordar esta questão, mas fui obrigado, queria deixar isto para outra altura mas deixo estas questões para o Sr. Presidente se quiser, responder. -----

Fernando Neves - Sr. Presidente duas ou três questões, já que se falou aqui, em responsabilidades de Presidentes de Câmara, em relação às cheias de Albufeira, já sofreu algumas, mas felizmente agora passou, mas um alerta em relação a limpeza das ruas, em relação à que vai desaguar ao Forte de São João, toda aquela zona ali, que eu conheço melhor, tem um canavial que é uma coisa horrenda, não sei onde é que aquilo vai parar e a agravar a situação do hotel que lá estão a construir, do aparthotel, eu não sei se vem de lá, até pode vir de outro lado, uma série de detritos de obras, de tijolos, vê-se que atiram para ali para o ribeiro, tijolos e outros madeiras, e eu aconselhava a Câmara a ir ver ali o Forte de São João, na Praia os resíduos que ali estão trazidos ou dessa obra ou de outras, com a agravante ainda do seguinte, o ribeiro foi sempre um ribeiro de águas pluviais, só que, por motivos que agora não vem ao caso, convém falar, lembrar a própria Câmara, quando chove tranca lá qualquer coisa em cima, e tudo o que vem para baixo é esgotos, vem parar ali, cá por aí abaixo e pode entupir e dá cabo das máquinas. É um problema que não consegui ainda resolver, o que é bastante grave, todo aquele ribeiro tem uma parte que está a açorear, ribeiro tinha aí quase um metro ou dois de altura agora está com meio metro, a parte cá em baixo, portanto, à praia, existe lá um túnel que nunca foi limpo, com manilhas, o Sr. Fernando Barata tapou e fez lá uma passagem lá para cima e meteu manilhas e fez um túnel para baixo, para as águas escoarem, e então eu penso que aquilo merecia um bocado a atenção, antes de haver qualquer problema mais grave, vai-se andando, tive uma vez, aqui na Câmara, sobre isto, não sei, tenho a impressão que foi lá alguém ver, mas não sei o que é que deliberaram ou o que é que pensaram, nunca mais apareceu lá ninguém. E agora em relação às obras há outra situação que eu penso que os serviços da Câmara deveriam fiscalizar também naquela zona e que eu não venho aqui denunciar ninguém, porque sou contra denúncias, mas pelo menos fazer o alerta, aquela obra lá em cima, do aparthotel, tem alturas em que começam a trabalhar os homens a desmanchar cofragem de quatro andares e a atirarem todas as tábuas cá para baixo, às 7.30 , 6 horas da manhã, quando só podem começar a trabalhar a partir das 8 horas, e não é só ali, há ali outras obras mais perto que trabalham às vezes aos Sábados e Domingos, não tem horários. Bem isto é um alerta que eu queria deixar aqui em relação a esta situação, a outra situação que eu tinha para falar, já falei aqui várias vezes que é apenas, mas às vezes, água mole em pedra dura tanto dá até que fura, não foi uma promessa eleitoral, foi um compromisso, está assinado em termos legais da Câmara, quando entregou os serviços de limpeza e higiene urbana para os Cavacos ficou de vender em hasta pública todo o material em relação a esses serviços que a Câmara fazia que eu saiba até à data devem estar a estragar-se e a deteriorar-se. De momento é só isto. -----

Ricardo Silva - É só para reforçar há pouco aquilo que eu deixei no ar, as questões que coloquei, é que a certa altura diz o Sr. Presidente, que de facto não é fã, não dá para perceber bem e depois diz que outros concelhos preparam-se para ter planos que

encontrem soluções para esses grandes investimentos e parece que fica feliz com isso, acho que há alguma falta de coerência, isto é uma opinião pessoal, no discurso não dá para perceber se de facto é contra ou a favor, ou se quer ou se não quer e digamos que as políticas também não se percebem, eu acho que, e dou este conselho ao Sr. Presidente se quiser aceitar, é que ao invés de estar preocupado em dar respostas preocupe-se com a situação social, com espaços verdes, com estacionamento, com jardins, com lares de terceira idade, acho que o seu tempo era mais útil, se essa fosse a sua preocupação. Muito obrigado. -----

Presidente da Câmara - Acho que dar respostas as questões destas, é repetir aquilo que eu disse na última assembleia, tudo bem explicito e acho que cada um fica com a sua opinião, o conceito e aquilo que é a nossa capacidade de intervenção está explícita no terreno e portanto o que está aí em causa é exactamente as grandes superfícies que uns ajudaram a criar e que agora acham que já não têm interesse nelas, mas isso é outro assunto. O facto é que elas estão no terreno, o que está em causa é a sustentabilidade da Câmara durante vários anos e portanto quando eu digo que há outros concelhos que estão a fazer é estão a fazer mesmo, que agora eu tenho aqui, ainda hoje trouxe um documento que saiu de Portimão, até vai tirar de uma zona agrícola para fazer mais um Retail Park com não sei quantos metros quadrados, portanto quer dizer, o que eu digo, eu estou a dizer aquilo que está no fundo a acontecer, em Tavira desafectaram a zonas agrícolas para fazer grandes superfícies, retails parques, em Portimão estão a desafectar, eu apenas referenciei situações que são verdadeiras, porque eu disse, o que eu disse é que no meu concelho foi criada uma condição, uma instituição e como instituição a Câmara Municipal é uma entidade que deve respeitar os planos em vigor, eu acho que deve respeitar os planos em vigor, porque a ter sido feito era há alguns anos atrás e portanto na altura eu tinha a capacidade de fazer esse trabalho, como outros que tinham e não o fizeram e portanto há dois anos atrás quando houve eleições não ouvi ninguém do Partido Socialista a pôr em causa a existência daquele espaço, para uma grande superfície e portanto acho que não há, não há nem aceite, neste momento nenhuma, não aceito nenhuma em termos morais, nenhuma observação, porque não tem nenhum sentido, isso portanto eu acho que nesse contexto, não estive em inauguração de nenhum espaço daqueles. Não cativei nem convenci ninguém a vir para ali e quando estive no executivo do partido socialista, do qual me honro de ter participado a convite do ex- Presidente e que infelizmente faleceu, foi porque na altura em que Partido Socialista se sentiu tão aflito para gerir este concelho, me pediu ajuda, e eu com o meu contributo de cidadão de uma força política diferente, vim ajudar o partido socialista no âmbito de um contexto daquilo que era importante para o concelho de Albufeira, para resolver situações que ajudei a resolver e contribui muito para isso. E os resultados foram depois obviamente em termos eleitorais, assumidos pela população do meu concelho, isto é uma realidade e portanto, estamos num processo autárquico e estamos num processo, estamos a um ano de eleições, se eu já sei que isso é questão, é uma bandeira política, se essa bandeira política for tão importante, pois agora há aqui uma coisa que vocês não conseguem desmanchar, é a cronologia dos acontecimentos, e a participação das pessoas, meus

amigos, podem dar a volta, não há nenhum voto do PSD, nem um voto meu favorável àquele espaço na Guia, desde o ano de 96, 97, 98 e a publicação em Diário da República.

Ricardo Silva - E há contra? Há propostas? -----

Presidente da Câmara - O Sr. Ricardo sobre isso, para esse peditório já dei.-----

Ricardo Silva - Eu só acho que nestas questões temos de ter uma só voz, é assim, eu estou na política convicto de que posso ajudar nalguma coisa e é por aí e acho que sou uma pessoa que, digo, tenho uma só palavra e gosto de ouvir pessoas do género, ou seja pessoas que têm uma espinha dorsal bem definida. -----

Presidente da Câmara - O Sr. não me ofenda, não vá por aí, espinha dorsal, espinha dorsal, desculpe lá!-----

Ricardo Silva - Eu não estou a falar de si. -----

Presidente da Câmara - Desculpe lá, veja lá. -----

Francisco Calhau - Há atentado, ofensa às pessoas. -----

Ricardo Silva - Eu não ofendi ninguém, agora se alguém se sentiu ofendido, peço desculpa, não foi intenção minha, ofender ninguém, o que eu quero dizer é o seguinte, o que eu quero dizer é o que acho, que não se pode ter dois discursos, quando se tem um cargo de responsabilidade política, não se pode dizer, não participei e ao fim e ao cabo participou. Não estava! Mas ao fim e ao cabo estava lá. Acho que as pessoas têm de assumir as suas responsabilidades, ou então andamos aqui todos a brincar, ponto final. Não tenho mais nada a dizer. -----

Fernando Cabrita - Eu já ouvi falar várias vezes aqui nesta Assembleia, nesta e na anterior, sobre uma grande superfície, mas parece que há um certo tabu em relação a isso. Quem é afinal a grande superfície que ali se pretende instalar? Gostava de ser elucidado, se me podem esclarecer, já agora. -----

Presidente da Câmara - Posso esclarecer, é um pedido que nos é chegado à Câmara Municipal através da Direcção Geral de Economia, que entrou aqui em Outubro do ano passado, do qual a Câmara teve que dar resposta sobre o pedido que vinha da Direcção Geral de Economia e das duas vezes que se pronunciou sobre esse pedido, deu parecer desfavorável porque não cumpria o plano e portanto neste momento é o que acontece. - Agora, esse existe, um Plano de Pormenor da Zona de Indústria, Comércio e Serviços da Guia que está publicado desde Março de 99, onde permite que em determinados terrenos, permitiu que fossem construídos o Algarve Shopping, Retail Park, Leroy é um terreno. -----

Fernando Cabrita - Falei a actual superfície qual é a sociedade? -----

Presidente da Câmara - É uma Sociedade que vem com o nome IIT Sociedade de Investimentos não sei quê mas a nossa resposta em relação à Direcção Geral de Economia, portanto nós estamos a trabalhar sobre o pedido de uma empresa directamente feita à Câmara Municipal, nem nenhuma empresa que nos veio aqui pedir informação, não, é só para explicar, a empresa adquiriu um terreno e um plano de pormenor tem determinadas posições e adquiriu para aquela função, portanto o que essa empresa anda a fazer é, junto das instituições legalmente instituídas num contexto meramente de economia, pedir pareceres à Câmara para o licenciamento de uma empresa que cumpra os planos, digamos, as questões que estão obviamente, que fazem parte de um processo de licenciamento. Neste caso de uma grande superfície

porque a área permitida naquele espaço é uma área significativa, portanto, o próprio plano, logo quando foi elaborado previu naquele espaço uma área de cerca de 50 mil metros quadrados, de construção para esses equipamentos. Portanto e os promotores adquirira um terreno que tem funções, devidamente digamos concretizadas em termos de objectivos e expectativas futuras, tão claro quanto isto, este é o ponto, e a Câmara, se o processo, cumprisse todo o plano dará obviamente parecer favorável, ao cumprimento de um plano, é como se o Sr. agora tivesse, uma casa para fazer num determinado loteamento, e se a Câmara resolvesse fazer a suspensão o loteamento, a suspensão do plano do alvará estava, quer dizer as instituições, são instituições de bem, e têm obviamente que cumprir e têm os planos para respeitar, o que está em causa é o respeito. A repetibilidade em relação a planos que são comunicados e que não foram alterados, apenas foram alterados duas vezes em termos de regime simplificado, e para melhorar as acessibilidades a duas coisas - o Algarve Shopping e o Retail Park - foram as duas questões que foram aqui nesta Assembleia, já nesta Assembleia e se nessa altura que foi em 2003, se havia tanta preocupação do partido socialista em relação á alteração ou suspensão do plano, podia tê-lo feito. -----

Fernando Cabrita - Sr. Presidente só gostava de saber o nome da empresa IIT. -----

Presidente da Câmara - Dr. Fernando Cabrita não tenho aqui o processo, mas é uma coisa assim deste género, deve ser algum fundo de investimento, não sei, tem uma sigla desse género, amanhã, posso lhe dar o processo todo para consultar. -----

Presidente da Assembleia - Dr. Fernando Cabrita, quando quiser, o processo já esteve ali na Assembleia, quando quiser, é só solicitar aos serviços de Assembleia, que ele irá integralmente para a Assembleia para ser consultado, já lá esteve pode voltar a estar.

Francisco Oliveira - É só para colocar aqui uma questão ao Sr. Presidente, para ficar elucidado, naturalmente com a construção, ou eventual construção da nova grande superfície, quer as acessibilidades, quer os estacionamento, quer as infraestruturas terão que ser reformuladas, eventualmente alteradas, a minha pergunta é saber se a Câmara Municipal, nesse aspecto vai ter que alterar alguma coisa e se tem a capacidade ou não, nesta fase de suspender o plano para eventual alteração para esses efeitos?-----

Adriano Ferrão - Sr. Presidente, deputados, Srs. membros da Assembleia Municipal, eu só queria pegar na palavra aqui, porque penso que começa a ser abusivo determinadas intervenções que são aqui proferidas que são completamente subjectivas e que ocupam o espaço de um órgão que se pretende deliberativo, e que se pretende analítico e que não passam de ataques, enfim quase sempre infundados, à pessoa ou do nosso presidente ou do executivo camarário, enfim. Acusar de falta de coerência, enfim não se percebe, se é fã, se não é fã. Depois acusar do que é publicado, enfim que as afirmações proferidas pelo Sr. Presidente, não se tratam de verdades, e nada disto ser fundamentado, a falta de fundamentação sim, é prova de incoerência, por quem faz este tipo de acusações, que acabam por ser insolentes, acabam por ser caluniosas e não pretendem se não este ataque gratuito, que, eu referi, enfim, acho que é uma perca de tempo, acho que não dignifica este espaço, e este órgão devia se preocupar com outro tipo de intervenções e o que se nota é que no partido socialista se vê neste momento dois tipos de intervenção, uma intervenção que é objectiva, construtiva que é própria

de uma oposição que o quer ser e outro tipo de intervenções, que não passam enfim destas acusações gratuitas, que são muito fundamentadas e que não mostram coerência nenhuma e que acaba por dizer e não se percebe, se não percebe, perceba e faça por isso e estude os casos e fundamente, para que seja coerente e a gente tenha algum respeito por aquela intervenção que é aqui proferida, é só isto que tenho a dizer. -----

Francisco Calhau - O entendimento que eu tenho sobre esta questão e da preocupação com o comércio de Albufeira, e realmente todos nós evidentemente que estamos preocupadas com os comerciantes de Albufeira, mas o entendimento que eu tenho, repito, é o de que a análise que está a ser feita, é completamente perversa. Não estou a dizer intencionalmete perversa, mas na minha opinião, é perversa porque, tal como o Sr. Presidente da Câmara disse, se pretendemos impedir a construção desta grande superfície então temos que aprovar aqui a suspensão do plano em questão. Ora a suspensão do plano vai criar prejuízos às pessoas que estão envolvidas, desde os proprietários dos terrenos aos próprios empreendedores e isso significa que está em causa o pagamento de indemnizações. Essas indemnizações, pela área e valor do terreno em causa, atingirão concerteza valores elevadíssimos e que se tornariam incomportáveis para o município, comprometendo de forma dramática os orçamentos futuros pelo endividamento do município. Isso sim afectaria os pequenos comerciantes do nosso concelho, e não só estes mas todos nós, e os grandes beneficiários da suspensão do plano, quanto a mim, seriam as grandes superfícies que lá estão, o que não deixaria de ser caricato. Ora eu não estou preocupado com as grandes superfícies que lá estão. Estarei, isso sim, preocupado com os postos de trabalho envolvidos ali. Mas porque é que se agora está em causa a viabilidade do pequeno comércio? Anteriormente não esteve, por exemplo quando foi criado este plano de que agora tanto se fala? Será que na altura não havia pequenos comerciantes em Albufeira? Apareceram agora por golpe de magia? Sinceramente, o que eu acho que no meio disto tudo há muita táctica e oportunismo político. É isso apenas, mera questão de oportunidade política. -----

Presidente da Câmara - Eu remeto essa resposta ao Dr Francisco Oliveira, remeto resposta para a minha declaração de voto na reunião de Câmara Municipal onde foi discutida essa questão. -----

Vitor Neto - Eu não tinha pensado em discutir sobre essa matéria, mas aproveito para dizer o seguinte eu estou pouco interessado, como cidadão, deste concelho em saber de quem é a responsabilidade da aprovação da grande superfície, posso é estar interessado marginalmente, há pessoas que já sabem disto há muitos anos, não consta que tivessem dito nada, não consta que tivessem votado contra, não consta que tivessem alertado a população. Eu soube disto há poucos dias. Soube pelos jornais, não consta que se tenha feito alguma coisa sobre essa matéria, mas há aqui um problema que eu quero levantar, que é uma responsabilidade de todos os eleitos, deste concelho, todos, todos os partidos, é as consequências, para a economia, fala-se aqui só de pequenos comerciantes, e eu em primeiro lugar falo dos pequenos comerciantes, de toda a economia desta cidade, pelo facto de se deslocar para aquela zona da Guia, digamos, o eixo, o pólo central de actividade comercial deste concelho. Digamos

portanto não se trata de uma grande superfície, trata-se da segunda grande superfície, de segunda grande superfície e isto não afecta só o pequeno comércio da baixa de Albufeira, eu digo-vos o que é que afecta mais, afecta por exemplo o valor da construção imobiliária de toda a zona de Albufeira desde logo das lojas, não era por acaso que na semana passada, há quinze dias quando houve aqui uma reunião, estavam aqui pessoas que são proprietários das lojas porque agora não as conseguem vender, não as conseguem alugar e quando as arrendam os comerciantes que vão para lá, aguentam um mês, dois meses e depois desistem. O que se vai passar aqui, o que se pode passar aqui e isto é uma responsabilidade que todos nós vamos ter que responder por ela daqui a uns anos, é o esvaziamento da actividade económica no centro urbano, no centro de Albufeira. Que é as pessoas virem passar as férias alugarem um apartamento em Albufeira ou num hotel, vão molhar os pésinhos, digamos, ao nosso magnífico mar que esta aqui em frente, e depois vão gastar o seu dinheiro em dois centros comerciais na Guia e neste segundo. É bom que se diga, é maior que o anterior e toda a gente pode prever que dentro de poucos anos, dos dois só irá existir um, porque não há espaço económico para dois centros comerciais e é sobre isto que todos nós devíamos meditar. E eu não me sinto com coragem de lavar as mãos, mesmo que isto tenha sido aprovado por uma Câmara do Partido Socialista e sem, com a presença e a não presença do actual Presidente da câmara nessa votação ou não votação, não é isso que me preocupa. A mim preocupa-me é o futuro desta cidade. É aqui que nós temos todas as responsabilidades e eu acho, não sei se foram tomadas todas as medidas para os que sabiam terem alertado e tomado posições para impedir esta situação, para evitar esta situação para agora poderem dizer, eu não tenho nada com isto, eu não estava cá, eu estava mas nesse dia fui esperar o meu pai à camioneta, não soube de nada, ninguém sabe de nada e lava-se assim as mãos e agora as consequências é para quem vem a seguir. Não, nós temos de ter a responsabilidade dos nossos actos, e também das nossas ausências e quando não tomamos posição sobre as coisas, isso também é responsabilidade, e eu muito sinceramente digo, assumamos todos, todos os eleitos, a responsabilidade sobre isto, não é a responsabilidade do voto, do não voto, é a responsabilidade das consequências e saibamos dar a cara por esta situação porque isto vai ter consequências económicas fortíssimas neste concelho, sobretudo na zona mais emblemática nos pequenos comerciantes, nos bares, nos restaurantes, na hotelaria, mas também na imobiliária e também em todas as actividades de que vivem esses sectores e esta é a responsabilidade que eu acho que nós devíamos assumir. -----

Francisco Calhau - Estou perfeitamente de acordo, só não estou de acordo é no uso do tempo, o verbo é que eu não estou de acordo, não é a partir daqui, já começou a ser, as superfícies não apareceram agora já lá estão essas põe-se uma borracha por cima, não afectaram ninguém é a partir de agora só ? e as que lá estão não contam? Então aamos beneficiar as que lá estão em detrimento de outras, quem é que quer fazer isso? não é da livre concorrência, não se destinou aquele espaço aquilo, aliás outra pergunta que eu faço, o Partido Socialista no Protal não aprovou o Protal com duas grandes centralidades há volta do eixo Faro- Loulé- Olhão e Portimão do outro lado, baseados na logística, o que é a logística em Albufeira, foi aprovado agora na revisão do Protal não é responsabilidade do partido socialista o que logística o que é que faz a logística

há volta de Tunes? O que é que vai ser a zona há volta da zona da Guia, de certeza que não é para nós plantarmos palmeiras lá, não foi nossa responsabilidade, do PSD, que isto aconteceu e o uso do verbo é preciso ter muito cuidado com ele, não é a parte de agora, este problema já se começou a sentir, os comerciantes, pequenos comerciantes de Albufeira não vão passar e estar em crise, já estão em crise há muito tempo, perguntem. -----

Vitor Neto - Não é uma questão de uma ou de duas, não é questão de quando começou. É a questão do que está, se por acaso no Plano Director de Albufeira estivessem mais quatro, nós vamos continuar, vamos dizer que é bom, eu acho que não, logística. Um centro comercial é logística. Um centro comercial de 50 mil metros quadrados é logística? Mas qual logística. São centenas de lojas. São centenas de actividades de vária natureza, digamos, que vão somar-se às que já existem e que vão dar um golpe de morte num raio de 30 km/40 km digamos na actividade económica deste concelho. Eu não votei a primeira, não estava cá e se estivesse estado cá tinha votado contra, agora não procuremos é lavar as mãos, assobiando pró ar fingindo que não estávamos, estávamos cá e vocês estavam cá também. -----

Francisco Calhau - O que o deputado Vitor Neto acaba de dizer, tal como a senadora norte americana Hilary Clinton afirmou que se fosse hoje não votava a favor da invasão do Iraque, é que o PS, deduzo eu, se fosse hoje não votaria a favor da grande superfície que criou e ajudou a criar. -----

Vitor Neto - Não estou a falar do PS, estou a falar como cidadão. -----

Presidente da Assembleia - Eu devo dizer que me sinto altamente tentado a intervir, a saltar para esse lado, mas dadas as minhas funções, vou-me conter. -----

Fernando Neves - Vou só intervir, digamos, entre aspas, suponhamos que a Câmara, não aprova o loteamento que está pedido para a Guia e que o governo aprova eu só deixo aqui este alerta. -----

Presidente da Assembleia - Eu até lhe respondo. A Câmara nem precisa de não aprovar. Basta que o Governo não suspensa, que não ratifique essa tal suspensão, isto é, em termos legais, não depende apenas do Município, depende do Município e do Governo a ratificação da decisão, em termos de suspensão. -----

Paulo Freitas - Relativamente a isto, muito sucintamente, poderei afirmar que estamos a falar de uma questão que tem a ver com um pedido que é dirigido à Direcção Geral e apenas vem à Câmara, para que esta se pronuncie tão só relativamente à questão relativa ao ordenamento do território. Não se trata de um pedido de licenciamento, não é pedir autorização a Câmara que aprove aquilo que já está aprovado, é saber se o que é solicitado está conforme o plano de ordenamento do território, só isso. Neste caso as competências da Câmara são meramente técnicas, relativas à questão urbanística e dirá sim ou não. Quem tem competência para aprovar aquela unidade será directamente a Direcção Geral. - 1º ponto: não está na dependência funcional da Câmara aquela aprovação; - 2º ponto, ao pedir-se a suspensão de um plano daqueles, é brincar um bocado com o dinheiro de toda a gente, o terreno foi adquirido, tanto quanto consegui perceber na última assembleia há meia dúzia de meses por um valor extremamente considerável e, a Câmara ao pedir a suspensão, está a criar uma situação de ser responsabilizada em termos financeiros pelas indemnizações que dali

advêm, porque quando o terreno foi comprado as partes tinham uma expectativa legítima para de vir a edificar o que se encontra devidamente aprovado. É pena que só se tenham lembrado deste assunto, ou seja depois de o terreno ter sido comprado. Efectivamente seria um bom negócio para a empresa que ao ver o seu projecto inviabilizado pela actuação desta Câmara Municipal, poder vir a assacar dali os inerentes prejuízos por aquela operação turística violando as suas legítimas expectativas. Se formos comprar um terreno, onde hoje seria permitido construir, consulto o PDM e os demais Planos em vigor, por exemplo um plano de pormenor e vejo que tenho X metros quadrados para construir, compro esse terreno dependendo da informação está em vigor em termos de ordenamento do território, e no dia a seguir a Câmara decide suspender aquele plano e, eu, que no dia anterior comprei o terreno que está abrangido pela suspensão, serei ilegitimamente prejudicado. Será escusado perguntar quem está metido e quais são os interesses ocultos que a suspensão interessa, para se saber em quanto é que Câmara é prejudicada e consequentemente todos os munícipes serão prejudicados, porque o prejuízo não é só dos comerciantes, é para também para os equipamentos escolares, para as creches, para as estradas, a habitação social. Aplicar esta solução a uma entidade empresarial, uma entidade que compra legalmente e dentro dos planos aprovados, é não ter a noção das consequências. Será que alguém tem a mínima noção de quanto é que valerá uma indemnização destas, acho que as questões políticas são importantes mas devemos ter aqui uma certa responsabilização das propostas, dentro desta Assembleia, há muitos homens de negócios, há pessoas com responsabilidades jurídicas na sua vida profissional, coisas destas passam-nos pelas mãos, temos essa consciência, é preciso perguntar com alguma responsabilidade, qual é consequência desta proposta, porque é que se está aqui a tentar pressionar a Câmara para que proceda à suspensão do Plano. Sr. Presidente, creio que será de todo importante tomar em consideração, além das responsabilidades políticas que se queira assumir, das que querem que esta Câmara assuma ou que queiram fazer esta Câmara assumir, tendo em consideração o que está em causa, além de a decisão de aprovação não estar na dependência da Câmara, porque é que não vejo ninguém a atacar a Direcção Geral? Isto é de facto interessante, também não vejo ninguém a atacar quem vendeu. A única coisa que vejo é uma série de ataques à Câmara Municipal, sem qualquer fundamento. Esta decisão de aprovação da área comercial não está na dependência Câmara Municipal, a esta não cabe a competências para aprovar aquilo, isto é importante. O Sr. Presidente tem a noção e tenta, obviamente tomar posição e compreende-se porque é Presidente da Câmara, têm as suas responsabilidades inerentes mas não se esqueça de dizer isto Sr. Presidente, o Senhor e Executivo não aprovam aquela unidade, esta câmara Municipal e os seus técnicos, apenas podem informar, conforme o que é solicitado, acerca da conformação dos Planos em vigor, a conformação ao que está aprovado, mais nada. É esta a função da Câmara Municipal, depois a aprovação é dos órgão da Administração Central, é engraçado, cuja tutela é do governo PS, esta é a realidade nua e crua, sem qualquer tipo de questão política, só isto! -----

Vítor Neto - Ninguém pediu aqui para a Câmara assumir responsabilidades para as quais não tem capacidades ou desafios que são insustentáveis. Ninguém pediu isso.

Portanto é inútil estar a tocar nessa questão. Chamou-se aqui a atenção que de facto isto vai ter consequências, isto vai ter consequências e não basta dizer que não fomos nós que aprovamos, e que não vimos e que não estávamos cá. Temos todos, que assumir responsabilidades. Uns mais, outros menos sobre as consequências, isto vai ter consequências económicas e sociais e quando digo sociais, também sobre o emprego também são conhecidos os dados sobre o desemprego neste conselho e isso é consequência também do enfraquecimento do tecido empresarial do pequeno tecido empresarial, portanto é isto que nós temos que assumir, todos e quem não quiser assumir a sua parte, não assuma mas depois há uma coisa que temos que assumir é as consequências. E como é que nós nos próximos anos vamos enfrentar essa deslocação do eixo da actividade económica desde concelho sobretudo na área comercial, quando digo comércio mas o território da restauração, dos estabelecimentos de bebidas, das lojas nos serviços eu estou a ver aqui uma, logo aqui em frente, que provavelmente não irá vender os seus produtos aos potenciais clientes irão deslocar-se para outro sítio. Isto tem consequências e é esse sentido de responsabilidade não é de recriminação, não é de crítica é de pessoas adultas e responsáveis assumirmos isso. Não é só dizer eu não tenho nada que ver com isso, não é por isso, portanto essa é a minha posição, não é uma posição partidária, é uma posição de cidadão e uma posição de pessoa responsável, mais nada. E não estou a criticar ninguém. Nem quero ofender ninguém. Nem responsabilizar ninguém. Acho que todos têm a consciência que isto tem que consequências, não se trata se é a primeira, a segunda, a terceira ou a quarta grande superfície, porque aqui no Algarve e a questão Direcção Geral De Economia a questão da Direcção Geral é que por lei é obrigatório que os processos entrem pela Direcção Geral de Economia, eu só soube pelos jornais, não tenho que saber pela Direcção Geral de Economia. Tão claro como isto. Agora temos que assumir as nossas responsabilidades no futuro e pelas consequências disso. -----

Francisco Calhau - Vamos ver se eu consigo entender, o plano foi aprovado para aí em 1998 e a partir daí apareceu a Makro ... -----

Presidente da Câmara Municipal - A Makro já estava - -----

Vítor Neto - Makro 1991 .-----

Francisco Calhau - Apareceu o Algarve Shopping, o Retail Parque, o Leroy Merlin e, portanto, até hoje não houve problemas para o pequeno comércio de Albufeira. Ou seja, estamos a discutir o mesmo plano mas estes espaços existentes não causam problemas nenhuns. O que lá existe são espaços fantasma, não têm lojas, não tem nada, não fazem dano nenhum ao pequeno comércio de Albufeira. E agora de repente, na base de um pedido de parecer de um organismo que é competente para o licenciar, chegou então a altura de criticar o plano aprovado. Deixaram-se construir todas as grandes superfícies comerciais existentes e a última é que constitui o problema. Até a agora não houve problema algum. Então agora, de repente, vamos decidir suspender o plano e vamos assumir uma responsabilidade, tal como foi dito aqui, que é a de condenar o município e os seus munícipes a pagar indemnizações avultadas, podendo também o governo central entender que se trata de um projecto com interesse supraconcelhio e eventualmente poderia passar por cima da câmara e não ligar á nossa decisão se hipoteticamente a tomássemos nesta assembleia. Portanto eu pergunto o

que é que estamos aqui a discutir, porque a responsabilidade, eu acho que sim senhor, devemos assumir todos, uns mais que outros menos, podemos ser todos solidários, afastando as questões políticas sobre quem efectivamente cometeu o erro há uns anos atrás. -----

Fernando Neves - É só muito rápido, eu não queria sair do sério e o Sr. Vítor Neto também não me vai fazer sair do sério. Só há uma coisa que eu não posso aceitar da sua parte, que assume a responsabilidade da decisão, sou eu, não é o senhor, o senhor que quer englobar tudo no mesmo saco, para pedir responsabilidades a quem? Ainda me acusa de palavras que eu entendo as coisas, escute bem, e eu disse que o malabarismo às vezes não serve para enganar as pessoas ou para estar a confundir as pessoas. Então o Senhor está a pedir uma responsabilidade de quê! Está-me a englobar no mesmo saco, eu tenho de ser responsável do quê? Eu, é que assumo a minha responsabilidade, não o Senhor. Quando eu definir a minha posição, o senhor e que diz se eu sou responsável ou não e não é o senhor que divulga isso, tenha lá paciência. -----

Vítor Neto - Retiro o colega amigo deputado Fernando Neves. -----

Fernando Neves - Sou membro da Assembleia. -----

Vitor Neto - Retiro-o das responsabilidades. -----

Fernando Neves - É que em relação aquilo que foi dito, não é a pedir as responsabilidades, a CDU votou contra o Protal, é preciso não esquecer isso, os senhores votaram favoravelmente, aqui nesta sala. Portanto há uma responsabilidade nossa adquirida, já adquirida em relação ao Protal, estamos contra aqui nesta sala e nesta assembleia. -----

Fernando Cabrita - Eu só queria a dizer duas ou três palavras, que é o seguinte. Eu penso que estamos a empolar um pouco a situação, é óbvio quando o meu camarada de bancada se fazia da palavra no princípio da responsabilidade é em termos de sentido nacional, o plano que autorizou aquilo poderá eventualmente ter cometido um erro. Não fomos nós só que cometemos um erro o facto de ter aprovado aquele Protal, era no intuito com certeza de investimento desenvolvimento não fosse unicamente o turismo ser só de unidades hoteleiras, mas que se trouxe-se também uma componente comercial e o desenvolvimento ali sempre num país que se pretende seja de iniciativas privadas, pois ali houve alguém que se mexeu e se achou boa a ideia de reunir uma bolsa de terrenos para investimentos das mais variadas coisas. Não é só de superfícies alimentares. Aliás o governo a certa altura, autorizou um determinado número de grandes superfícies para o país, e daí para a frente não se pensava estar a autorizar mais. Isto agora estou a falar relativamente ao governo, fosse ele qual fosse, na altura seria o governo PS provavelmente, mas as coisas quando são aprovadas, podem ser, se por ventura este processo ainda levar algum tempo, quem sabe se a aprovação definitiva. Eu espero que não. Ainda será no governo PSD e depois vem cabir também, dizer que não pode fazer nada porque já estava por aí fora. Este problema não é unicamente de Albufeira. Há pouco o Sr Presidente da Câmara falou no de Portimão, e em Faro, se falarmos em Faro, o que é que foi o drama dos comerciantes da Rua de Santo António? Nessa altura muitos deles tiveram que competir, e tiveram que arregaçar as mangas, uns com mais poder económico do que outros e tentaram adaptar-se e passar eles próprios a investir, como alguns fizeram no fórum Algarve.

Isto hoje é das grandes superfícies, não é dizer, não é com isto estar a dizer que não defendo o problema dos pequenos comerciantes mas todos nós sabemos que hoje é muito difícil para os pequenos comerciantes quando se autoriza, quais elas sejam, grandes superfícies em qualquer lado, e não é só no Algarve, não é só em Albufeira, em Faro, em Portimão, aqui no Algarve, mas é lá para cima, em Gaia, em todo o sitio. Vendo bem nos arredores de Lisboa, em todo lado, agora começam a ir às malhas mais pequenas, isto é como as lojas chinesas que essas são pequenas mas hoje não há sítio onde não se abra uma loja chinesa. Quer dizer, as pessoas andam à procura, de uma oportunidade, e quando um governo seja ele qual for, e temos que ver isto, sem ânsia, é que o estrangeiro, os investimentos estrangeiros cá caíam e portanto esta será com certeza uma grande actividade, um núcleo empresarial financeiro que aqui quer investir e obviamente, agora achou, que aquele está saturado porque até aqui se reservava, para mais tarde, não investiu logo. Fiz ali referência do Engenheiro Calhau à Makro que depois que veio, está um pouco esquecido, nessa altura também cá não estava, e foi aqui lembrado que desde 1991 que eles se mexeram, quando é que veio este plano, há sete anos, então de noventa e um agora vão dezassete. Ai há uma ligeira lacuna, cronológica que de facto não lhe ocorreu dizer, é uma falha de todos nós, humanamente temos que as ter, mas tudo isto começou com a Makro, não se falava nem se via ainda ali onde é que seria aquele plano de pormenor da Guia, não se fazia ideia. A única coisa foi comprar aqueles hectares que ali existiam daqueles dois irmãos Mealha, ou como é que eles se chamavam, e quiseram comprar aquele terreno para ali fazer uma unidade uma grande superfície, era a primeira que até aqui ninguém conhecia, e não havia nem continentes, não havia modelos, não havia outro tipo de coisas semelhantes, foram os primeiros, foram os pioneiros, até era uma coisa pouco engraçada, aquilo de frequentar uma coisa inóspita e fria e quando lá se entra não tem atractivo nenhum como têm os neons do centro comercial propriamente dito. Foram obrigados reconverter, a introduzir melhorias para conseguir para competir com os outros que se vieram instalar depois, não se pode querer livre concorrência num país e ao mesmo tempo estar a cercear completamente e com proteccionismos económicos, sejam eles relativamente aos pequenos, sejam relativamente a maiores se é livre concorrência, é livre concorrência e por isso aqui há de facto um momento em que parece ser das grandes superfícies, quem sabe se um dia não se retomará também ao comércio tradicional, e se acabará com isto. É provável. Não se esqueçam que em Faro encerrou um, que na altura se considerava um pólo, uma coisa já relativamente grande, aquele que está em frente ao Fórum Algarve foi obrigado a fechar. Portanto, isto é, a regra do jogo. A partir do momento, que se impõem tem de se efectivamente cumprir. Agora fica bem que nos preocupemos com as pessoas aqui da nossa cidade, e nós sentimo-lo e é sincero com certeza esse sentimento, ninguém quer sacar responsabilidades peculiarmente, a uma a outra pessoa, fez-se aquilo numa boa intenção e hoje podiam lá não estar agora, fala-se noutro e de há pouco quando falei ouve-se boatos no grupo Auchan não sei se é Auchan ou se é outro qualquer que lá se vai meter. Também se falou do Leroy Merlin era outra coisa, não me recordo o nome, era o Aki, ou uma coisa parecida, afinal não, e foi um grupo diferente. São os vários grupos que se querem mexer e quando encontram um pequeno sitio onde se podem alojar obviamente que se

desenvolvem, antes não se mostravam interessadas, já lá há superfícies suficientes, já são quatro para além do Algarve Shopping e do retail Park, pois já lá estava o velhinho Makro. Pode-se dizer que é velhinho, relativamente aos investimentos recentes e agora o Leroy Merlin e obviamente, o terreno é uma coisa rara não é só em Albufeira é neste mundo e é neste planeta, e portanto a questão que aqui se põe é que vai com certeza esgotar-se e faltou esses cinquenta mil metros mas isto há-de continuar também podemos ser optimistas, é evidente que tem que haver espírito de compreensão dos pequenos comerciantes e tem que haver medidas sim senhor, das câmaras para tentarem animar o centro tradicional, a cidade em si, para não ficarem só reconduzidos a molhar os pés, como dizia aqui o meu camarada, ali à praia de Albufeira agora tudo isto tem de ser pensado e realmente projectado para o futuro, nada disto é fatalista completamente também. Quer dizer o Governo pensa no investimento estrangeiro e vê pessoas interessadas o que é que se vai fazer, vai-se deixar que não invistam cá? Não digam isso, então nessa altura ponham os seus programas, nessa altura nós como eleitores escolhemos. -----

Francisco Calhau - Por uma questão de lapso, não me lembrava, não fixei a data da construção da Makro, mas na realidade o chamar a atenção a esse meu lapso, veio reforçar ainda mais a minha opinião. É que a construção da Makro, relativamente a isto que aqui estamos a discutir, devia--nos ter servido de lição. Na altura devíamos ter tirado conclusões para não propor a seguir um plano, onde íamos criar áreas idênticas à Makro. Mas não o fizemos. Porque se à altura a Makro existia, devíamos logo ter tirado conclusões sobre o que é que potencialmente podia acontecer, ao pequeno comércio de Albufeira, mas não foi assim e depois, em noventa e sete, fomos mesmo criar um plano para construir mais espaços idênticos à Makro. Não percebo. -----

Não havendo mais intervenções por parte do Público, o Presidente da Assembleia inicia o Período da Ordem do Dia. -----

ORDEM DO DIA PONTO PRIMEIRO

Aprovação da acta da sessão de 27/06/2007; -----

Presidente da Assembleia Municipal - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00). -----

Abstenções: Uma (1) Berto Palma. -----

Votos a favor: Vinte e dois (22) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, João Silva, Maria Perpétua Ramos, Ana Cristina Patrício, Adriano Ferrão, Rui Serôdio Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita. -----

Encontravam-se ausentes da sala a Sra. Francelina Lourenço e o Sr. Francisco Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes. -----

PONTO SEGUNDO

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do nº 1 do Art.º 53º da lei nº 169/99, de 18 de Setembro; -----
Não havendo intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia passa ao ponto seguinte. -----

PONTO TERCEIRO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da Concessão de um sistema de transportes públicos de interesse turístico em comboio rodoviário articulado (zona nascente da cidade) - concurso público, nos termos da alínea i) do nº 2 do Art.º 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro na redacção conferida pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

O Presidente da Assembleia Municipal apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Fernando Neves - Sr. Presidente, nós temos aqui um documento para ser lido aqui na Assembleia. -----

Presidente da Assembleia - Faz favor de ler. -----

Fernando Neves - Lê o documento da comissão. -----

Ricardo Silva - Primeiro gostava só de frisar o facto de os trabalhos terem corrido bem, a comissão funcionou bem apesar de não ter chegado a uma conclusão, mais expressiva até porque de diferentes pontos de vista mas queria, deixar isto porque de facto houve trabalho, nós tivemos com as cooperativas de táxi e procuramos desenvolver o melhor possível no entanto, foi ponto assente entre todos nós, isto com as cooperativas de táxi foi aceite, existir aqui um factor comum, esse factor comum é que o comboio, o actual comboio, esse que se prevê, não faz um percurso turístico actualmente, ou seja, ele faz transportes urbanos isto porquê? Presumo que existe uma lacuna na lei, da parte dos transportes urbanos e daí o comboio vir a preencher essa lacuna isto foi dito dentro da comissão discutido entre nós. Foi um ponto, talvez comum entre nós, a lei, presumo que seja especifica relativamente a isto, ou seja um comboio turístico, define bem o que é e neste caso, nós não estamos perante os factos, não estamos perante um comboio que faz um percurso turístico segundo aquilo que pude constatar da lei, ou seja, julgo não existir aqui uma lógica turística, daí também nós reforçarmos um pouco a colocação dos dispositivos auditivos, para dar um carácter mais turístico, ao comboio, do que actualmente ele possui. Mas isto foi um factor comum entre todos nós, não só entre as cooperativas, como também os elementos da comissão. De facto ele faz transportes urbanos, as pessoas entram no comboio, têm varias paragens, não há um cariz turístico ao longo do percurso, e digamos que de facto, foi uma conclusão chegada e ouvida. As cooperativas de táxi que veio reforçar um pouco mais essa conclusão, daí, existir essa dúvida, do comboio, julgo, também e em comparação com outros concelhos que têm. Isto também foi frisado pelas pessoas que participaram nas reuniões com as cooperativas. Eu, desconheço um pouco a realidade dos outros concelhos mas em comparação foi dito que outros concelhos têm aquele outro aspecto, de um percurso mais curto, onde há uma paragem, partida e chegada, digamos assim, no entanto a lei também diz que de facto podem

existir várias paragens mas como um hobbie turístico, no âmbito de apresentação de qualquer monumento de interesse turístico por exemplo e daí isto ter gerado esta discussão e não ter havido consenso entre todos nós. -----

Fernando Neves - É para dizer o seguinte, vamos lá ver uma coisa, há aqui um documento assinado por três membros desta comissão, e há aqui, um discurso agora do Ricardo, desculpe lá Ricardo, que não se enquadra, neste aqui. Neste documento isso foi discussões que nos tivemos individualmente e eu pergunto se aquilo que o Ricardo esteve a dizer é, pode não ser a minha opinião, nem do Vítor, naturalmente a gente discutiu esse problema, mas foi à margem dessa decisão, deste documento, e cada um tem a sua opinião. Não me parece, para não haver confusões e por isso que eu era para dizer isto, no princípio, mas vou dizer agora a história das comissões. Eu nunca fui apologista disto porque quando tenho comichão, coso-me e nunca fui muito defensor de comissões. As comissões nem têm poder deliberativo é apenas consultivo. Isso faz muita confusão, eu andar a moer a cabeça, nem é só uma questão de perder tempo, porque eu fui eleito pela força que veio tentar defender aquilo que julga que é essencial, mas eu penso que, agora esta declaração do Ricardo é um bocado extemporânea face a este tempo. Eu tenho essa opinião, eu já o disse aqui nesta assembleia, e estão aqui pessoas que sabem disso que eu considere que aquilo para mim não é um comboio turístico. É a minha opinião e é a opinião da CDU e do Partido Comunista em relação a isso pelo menos eu já disse muitas vezes que deveria de encontrar implementação, primeiro do giro e depois é que vinha a questão do comboio turístico. Mas isso, são questões que a gente falou entre nós portanto vamos lá clarificar esta situação. Eu posso até estar de acordo e dizer que é um comboio turístico e não me vou cingir á lei porque não sou jurista. Pode haver qualquer coisa em termos legais e não pode ser um comboio turístico. Eu não me vou pronunciar sobre isso porque não sou jurista que fique bem claro que a nossa responsabilidade é sobre este documento que eu acabei de ler mais nada. As opiniões de cada um, dão aqui, estão no seu direito, eu também dou, se eu agora pedi outra intervenção para dar a minha opinião sobre o comboio turístico, foi só para falar sobre o que eu já disse, mas atenção, não confundir com este documento. -----

Ricardo Silva - De facto a minha intenção era só puder ajudar, era só isso, dou-lhe razão e por isso peço desculpa à comissão, tenho umbridade suficiente para isso, se de facto fui mal entendido, mas, digamos que a minha intervenção única e exclusivamente prendeu-se com o facto de querer ajudar e querer colaborar na solução que seja a melhor solução, e só isso que tenho a dizer. -----

Presidente da Assembleia - Já ouvimos dois membros da comissão o terceiro membro não diz nada? -----

Vítor Vieira - Digo e subscrevo as palavras do Sr. Neves exactamente o que nós concordamos foi o que está neste documento, porque tudo o que o Ricardo disse foi algumas conversas que houve entre nós, à posteriori da elaboração do documento, não são para aqui chamadas e acho apenas, como político, que ele está em presença dos senhores dos Táxis, está a querer tirar politica sobre isso, as nossas conversas, o que foi apurado na comissão foi exactamente o que está no texto. -----

Presidente da Assembleia - Este texto? -----

Vítor Vieira - Foi uma proposta da alteração ao concurso. -----

Ricardo Silva - Isto não é uma proposta. -----

Presidente da Assembleia - Vamos lá a ver. -----

Ricardo Silva - Isto é mais um relatório. -----

Presidente da Assembleia - Eu olhei a parte final e não vi aqui proposta nenhuma. Todos os membros da assembleia têm esta alteração proposta, que se resume à primeira parte do documento, com dois parágrafos a deliberar. Portanto temos aqui uma proposta com dois pontos, dois parágrafos da comissão, a deliberar. A parte final do documento não é deliberativa. -----

O Presidente da Assembleia lê a proposta da Comissão, que constitui o documento abaixo:

Comissão de análise e discussão sobre o Concurso Público - Concessão de um Sistema de Transportes Públicos de Interesse Turístico em Comboio Rodoviário Articulado (Zona Nascente da Cidade)

Albufeira, 18 de Fevereiro de 2008

Concluiu a Comissão e após ouvir as cooperativas de táxi existentes no concelho, Alicoop e a Solcoop, não existir consenso nas linhas gerais, motivo pelo qual propõe a alteração de somente dois aspectos:

- Anular o percurso da Rua dos Telheiros, Av. de 25 de Abril, Rua do MFA, ficando a circular entre a Rua do Município e o Bairro dos Pescadores, fazendo paragem no Pau da Bandeira;
- Colocar dispositivos auditivos em diferentes línguas em cada lugar à disposição dos utilizadores, para que seja possível tomarem conhecimento dos aspectos de interesse turístico ao longo do percurso.

Relativamente a outras questões levantadas pelas cooperativas de táxi, nomeadamente no que concerne à diminuição do horário e à eliminação da paragem na Rua Pedro Alvares Cabral, não foi possível chegar a uma conclusão única e capaz de ser apresentada a esta Assembleia, uma vez existir diferentes pontos de vista entre os membros da comissão.

Os membros da comissão:

Fernando Cabrita Neves, eleito pela CDU

Vítor José Correia Maria Vieira, eleito pelo PSD

Ricardo Jorge Coelho Clemente da Silva, eleito pelo PS

Adriano Ferrão - Foi abordado aqui a lógica do interesse turístico deste comboio., dentro daquilo que hoje é o fenómeno turístico e o todo o seu processo que é bastante complicado quando se mergulha e se aprofunda este conceito. Hoje em dia não podemos colar o interesse turístico ao médio interesse patrimonial monumental de qualquer cidade. É património, é elemento, é recurso turístico os monumentos e esta é a ideia normalmente que as pessoas têm de um comboio que passa pelas áreas, catedrais, castelos, muralhas, por igrejas, para os turistas, verem, isto é, um conceito muito redutor, e hoje em dia enfim, naquilo que são as teorias turísticas mais limitadas ou mais actuais. São elementos turísticos os lados culturais, os elementos culturais, os elementos naturais, alguns recursos materiais que algumas cidades têm, a sua actividade, os seus costumes, tradições. Assim, tendo por base este conceito são elementos turísticos, na própria dinâmica do espaço da actividade da cidade, da sua actividade económica que é próprio de um destino desta natureza, não é próprio de outro tipo de cidade, é próprio de destinos turísticos como Albufeira e como todas estas cidades daqui, desta zona do Algarve, do litoral, também é interesse turístico os planos urbanos que se sucedem uns aos outros, a arquitectura que aqui ou acolá apresenta características mais tradizantes do interesse da própria paisagística, é também enfim interessante para o turismo, o próprio espaço e a malha urbana da própria cidade, e que ao longo de um percurso pode ser descrita, enfim por quem conheça o assunto e possa tornar essa descrição interessante aos turistas que estão dentro daquele comboio. A própria evolução da cidade pode vir a ser explicada ao longo desse mesmo percurso e assim desde os seus primórdios, até à actualidade o crescimento e o progresso dessa cidade é também um interesse turístico. É de interesse turístico os seus planos naturais obviamente as perspectivas sobre a praia, o mar, as falésias, enfim, eu diria que qualquer percurso que possa ser feito numa cidade, que já por si é destino turístico, poder ser considerado de interesse turístico nesta cidade, o que parece algo excessivo que eu encontro aqui neste documento e pelo seu carácter não funcional e prático é o que coloca aqui os dispositivos em diferentes línguas, em cada lugar à disposição dos utilizadores, quando isto normalmente, pelo que nós temos assistido na Europa, acaba por ser um dispositivo que está em cada carruagem, que pode ser bilingue ou trilingue, como quiserem mas que é colectivo e que não tem nenhum conjunto de auscultadores para cada pessoa que está dentro do comboio e que se torna nada funcional e nada prático, além de acarretar o risco de serem à noite, às duas da manhã, retirados por alguns dos utentes do comboio que enfim, esses sim, até podem ser turistas cá mas, com alguns comportamentos, que não sejam os mais dignos, quanto às paragens que estão aqui mencionadas não parecem conflituais, com interesse nenhum do grupo profissional ou ligados à função de transportes e enfim facilita o embarque e desembarque da mole turística que está neste concelho veraneante, -----

Fernando Neves - Sr Presidente, eu não iria cingir a este documento, iria dizer alguma coisa em relação a situações que são entrelaçadas aqui neste documento mas não é directamente em relação a isso. A minha opinião pessoal em relação à alteração de paragens e de horários, isto é uma coisa dos serviços da câmara, no meu entender mudar horários e mudar paragens não é à Assembleia que compete essa decisão e foi

nesse sentido que eu dei a minha opinião quando se falou com os senhores dos táxis em relação a esta situação. Quanto ao comboio em si, eu já dei aqui a minha opinião sobre isso. Na altura a CDU votou favoravelmente à outra concessão ao outro concurso que foi feito aqui, agora, o comboio existe e o que é que se vai fazer? Vai-se anular o concurso e suspender o comboio. Parece que é um assunto um bocado melindroso e que no nosso ponto de vista seria errado, apesar de ter começado mal de início, em relação ao comboio, e ao giro, não é? Enfim, há muitas situações aí também se poderiam falar em termos de quer num quer noutro, não estão bem, não é? Paragens, por exemplo nas paragens é complicado o comboio turístico francamente já agora que estamos na conversa a situação das paragens em locais perigosíssimos, e não é só do comboio e do giro, paragens em cima das passadeiras de peões, em cruzamentos, em entroncamentos, e que dificulta o trânsito, no verão muito, perigosíssimo. Isto é uma opinião pessoal. Além do documento, conversas que nós tivemos com os membros da cooperativa em relação a esta situação. -----

Ricardo Silva - Eu só queria esclarecer para ficar esclarecido porque que da minha parte não há apuramento político nenhum, não é essa a minha intenção. O que eu procuro simplesmente e se calhar foi extemporâneo como o Sr Neves disse, foi puder ajudar, colaborar na melhor solução, porque isto merece discussão como mereceu e não teve o consenso naturalmente e daí se calhar ter havido alguma precipitação da minha parte, não ter falado depois e ter falado logo antes, mas é nesse sentido que procuro, ou seja, encontrar a melhor solução, já foi dito aqui pelo Sr Neves, a questão dos horários que não é, acho que é da responsabilidade da própria Câmara agora, julgo que não foi intenção minha de forma alguma e digo isto em consciência tranquila que não me afecta em nada, de ter tirado algum protagonismo. -----

Francisco Oliveira - Sr Presidente relativamente a esta questão, temos aqui uma situação em que anteriormente existia um concurso em que no decurso desse mesmo concurso da actividade e do próprio comboio turístico, chegou à conclusão que não seria propriamente a definição que fica de um comboio. Tivemos essa experiência pelo decorrer do tempo e verificamos agora pelos vistos este novo concurso, poderá eventualmente, vir a manter esse mesmo erro ou eventualmente a alargá-lo, eu aqui faço um reparo, é que, neste caso concreto a Câmara Municipal tem a capacidade, quando digo a câmara municipal, todos nós tomamos agora essa posição, ainda para mais que estamos no início do concurso, não há com certeza aqui, indemnizações a pagar, e portanto se virmos que há um erro, então teremos a responsabilidade de pensar nele e de agora tomar as providências necessárias, e portanto parece-me que tudo o que seja no sentido de aprimorar, definir, que aliás já havia falado numa outra Assembleia fez mais sentido que a definição dos transportes fosse feita de uma forma mais criteriosa, era realmente bom pensar, o que é que se pretende para Albufeira, em termos de transportes em termos deste tipo de situações, nomeadamente, o giro, os comboios, e tudo mais para que, de hoje-amanhã, não se façam mais concursos e não se consiga, ou não se venha eventualmente a avançar no mesmo erro. O Sr Neves dizia bem, aprovamos o outro agora não poderemos eventualmente ser contra. Não é a questão de ser contra, é a questão de eventualmente se tratar este de forma diferente, aprendendo com os erros anteriores. -----

Francisco Calhau - É muito rápido, é apenas para dizer que o PSD fez um trabalho dentro da comissão e gostaria que as sugestões, enfim, fossem votadas. -----

Presidente da Assembleia - E vão ser com certeza. -----

Fernando Cabrita - Só quero dizer que me parece que apesar do trabalho da comissão, a Assembleia e as bancadas não se demitiram dos considerandos pessoais. Somos indivíduos de expormos aqui a sua opinião pessoal, eu noto que aqui houve uma certa luta. Nesta alteração há uma certa preocupação de maquilhagem para dar um ar realmente mais turístico, mas se calhar este comboio tinha provavelmente um ar um pouco descarado de transporte público sobre a desculpa ou a justificação de ser um comboio turístico, veio colmatar algumas brechas. Já tive ocasião de referir uma vez aqui, que Albufeira é o único município do Algarve a escolher um autocarro maior pode ser mais vantajoso, talvez pela sua dimensão, mas nalgumas ruelas da cidade não tem hipótese de realmente de conduzir quem quer que seja e portanto o comboio veio colmatar essas brechas e vem passar por ruas mais estreitas. Tudo isso é no final de contas o preenchimento de uma lacuna que é ocasionada, pela falta de um veículo adequado à configuração da cidade em si, sobretudo a parte velha, tenta-se aqui dar uma ideia de que este comboio pode ser, eu também não vejo aquilo que o comboio prejudique, poderá prejudicar alguns interesses, os taxistas como já se queixaram noutros concelhos, isto há aqui realmente uma concorrência, que alguns até apelidam desleal, mas enfim, isso será um ponto de vista a coisa está lançada, o concurso será feito, resta-nos, penso eu, apreciar e deliberar. -----

Presidente da Câmara- Eu vou só usar da palavra para fazer aqui uma intervenção, penso que é objectiva e clara. Já temos a funcionar o giro desde dois mil e quatro. Temos a funcionar o comboio turístico, o concurso é do comboio turístico, mas obviamente que o processo foi à Câmara, e veio à Assembleia Municipal aliás de acordo com a legislação e de acordo com as regras que estão definidas, a comissão verificou e dos pontos que eu percebi, entendeu, que pelo menos há dois pontos que concordaram que é a questão do Pau da Bandeira e é a questão da melhoria da informação em termos linguísticos. Diversas línguas para informação, penso que, a câmara e eu próprio se assim o entenderem e agora esse enquadramento não sei como será feito, penso que há aqui uma questão que nós podemos olhar com olhos de ver ou pelo menos com outros olhos que é a questão dos horários do comboio. Nós em relação aos taxistas, está aqui o representante da Associação, o representante neste momento com quem temos falado. Nós estamos a fazer um trabalho num contexto, de valorização também e de criar as condições para a melhoria da utilização do serviço dos táxis, inclusive a possibilidade de arranjarmos um espaço para a construção de uma sede para sair dali daquele buraco. Portanto estamos a tentar encontrar a localização para esse equipamento e o que me parece é que neste contexto do comboio turístico que está o concurso a decorrer, a câmara pode intervir na questão dos horários portanto aceitando obviamente o Pau da Bandeira como local de descarga de passageiros, mantendo o ponto intermédio a acionando, em termos, os horários, a verificação dos horários dos transportes e do comboio, ou seja, limitar, ser mais rígido, e fazemos aquilo que for necessário, o mesmo que fizemos com o de outro lá de cima que foi, deixou de cumprir aquilo que estava estipulado, e nós automaticamente, digamos,

suspendemos aquilo que era um concurso que não estava a funcionar de um modo correcto. Eu penso que, não sei o enquadramento agora, mas aceitando e propondo, digamos que se mantivesse as três paragens, aceitando as paragens no sentido da deslocação para cima para o Pau da Bandeira essa correcção da exigência da informação e obviamente a câmara poder rever os horários da circulação do comboio. - Não havendo intervenções por parte dos membros, passa-se à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstenções: Zero (00) -----

Votos a favor: Dezanove (19) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Fernando Cabrita, João Silva, Maria Perpétua Ramos, Adriano Ferrão, Rui Serôdio Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Berto Palma. -----

Estavam ausentes da sala os membros Paulo Freitas, Ana Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Oliveira, Pedro Ferro e Francisco Guerreiro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação sob proposta da Câmara Municipal, da constituição do Direito de Superfície a favor da Associação "Nuclegarve - Núcleo dos Motoristas Têrreos do Algarve" - Concretização da "Aldeia da Solidariedade", nos termos da alínea i) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

Presidente da Assembleia Municipal - Na altura havia um bocado do desconhecimento do que era o projecto desta aldeia da solidariedade a Assembleia conhecia a ideia global deste projecto, ou seja, no sentido que era apenas com uma componente social, e nesse sentido, não me lembro já a proposta de quem, mas que foi votado uma alteração a conter os poderes de cedência honorosa gratuita, de espaços desta Aldeia da Solidariedade, isto porquê? Porque precisamente até a confiança que detém na associação é que esta a ser o motor em fim, que esta a levar este projecto para a frente, sucede porem que associação mandou e é essa a proposta que hoje temos aqui, que revisemos essa posição da alteração inicial que fizemos porque há uma componente neste projecto, que nos foi enviado e que hoje também foi distribuído, de uma forma mais completa, penso, uma componente que tem, uma parte, uma área digamos, de natureza comercial e que tem como função na concepção do projecto, no fundo edificada e ser uma fonte de rendimento para auto sustentação da obra social que se pretende naquele local posto isto desta forma, eu que, da primeira vez, e com os dados que dispunha terei votado, penso, aquela limitação á cedência honorosa, ou gratuita, a favor de terceiros considerado que, isto é, uma opinião pessoal, considero que esta aberta uma nova perspectiva de haver uma revisão da decisão da Assembleia no que se refere a esta parte, a esta área que tem a vertente, e tal vertente comercial portanto, meus senhores, esta situado o problema. -----

Francisco Calhau - Esta nova preocupação relativamente a Associação na realidade leva-nos a ponderar a nossa decisão, de qualquer maneira continuamos a entender que devemos só reportar à clausula apresentada anteriormente deverá ser vista e

equacionada á luz daquilo que é esta nova realidade que é licita, tentar da parte da associação haver uma deternidade que permita entender economicamente o objectivo da Aldeia da Solidariedade, e nesse sentido, nós pomos à consideração que sejam introduzidas duas novas formulas em que entendemos que eventualmente fica resolvida esta questão e fica salvaguardada também a questão de estarmos a lidar com um terreno de interesse público, portanto é essa a nossa preocupação, que ele passe para a Aldeia da solidariedade mas que as coisas fiquem suficientemente claras relativamente a utilização por parte de quem são os associados dessa Associação que irão gerir da melhor forma o espaço, mas que nós também possamos ficar descansados relativamente aquilo que vai ser o futuro da utilização e principalmente como é que vai ser regulada essa rentabilidade que se pretende tirar com espaços comerciais dentro, e que é licito que seja feito mas que tem de ser regulado, e portanto nós propomos dois textos à consideração da Assembleia, para este ponto, para serem analisados. - Lê o documento:

Assunto: Constituição de Direito de Superfície a favor da "Nuclegarve – Núcleo dos Motoristas Terras do Algarve", sobre prédio propriedade do Município de Albufeira, sito na Mosqueira, Albufeira, para a edificação da "Aldeia da Solidariedade".

Sob proposta da Câmara Municipal de Albufeira, a Assembleia Municipal, em sessão de 17 de Dezembro de 2007, deliberou autorizar a Constituição de Direito de Superfície a favor da "Nuclegarve – Núcleo dos Motoristas Terras do Algarve", sobre prédio propriedade do Município de Albufeira, sito na Mosqueira, Albufeira, para a edificação da "Aldeia da Solidariedade".

Na respectiva sessão, a Assembleia Municipal aprovou as condições em que tal direito deveria ser constituído, tendo, designadamente, determinado "a extinção automática do direito de superfície, com imediata reversão do imóvel para o Município de Albufeira, "caso a Associação aliene, gratuita ou onerosamente, a obra superficiária, ou constitua sobre aquela, direito de superfície, ou outro direito real ou outra cedência onerosa ou gratuita, a favor de terceiro".

Notificada das condições impostas para a outorga do respectivo contrato, a "Nuclegarve", apresentou uma exposição, junto desta Edilidade, nos termos da qual pugna pela reformulação daquela injunção.

Alega a Associação que, com a concretização do projecto "Aldeia da Solidariedade" pretende implementar um complexo social que abranja, para além do centro de dia, lar de idosos, creche e infantário, uma unidade comercial, composta por uma padaria, lojas, restaurante, ginásio, oficina e auditório.

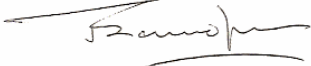
Referencia que, com a criação daqueles estabelecimentos, visa a Associação (exclusivamente) angariar receitas para a manutenção das instalações da Aldeia, o que poderá acarretar a necessidade de ceder aqueles espaços para a exploração de terceiros, mediante a celebração de contratos de arrendamento ou cessão de exploração, circunstância que ficou inviabilizada com a estatuição daquela condição contratual.



Nestes termos, atento, por um lado, na dignidade da fundamentação invocada e, por outro, na necessidade de assegurar que o direito de edificar em património municipal não é concedido de forma arbitrária e incomensurável, propõe-se que seja determinada a inclusão da seguinte norma contratual, tendente a lograr um justo e harmonioso equilíbrio dos interesses conflituantes:

"1 - O disposto no presente Contrato, em matéria de causas de reversão do direito de superfície ora constituído, não prejudica a faculdade do superficiário celebrar com terceiros contrato de arrendamento comercial ou de cessão de exploração, consoantes os casos, por períodos máximos de 5 anos, relativamente aos espaços que compõem a unidade comercial (padaria, lojas, restaurante, ginásio e oficinas).

2 - Os fundamentos de reversão não prejudicam, igualmente, a possibilidade do superficiário ceder a utilização do auditório para a realização de eventos de variada índole, nomeadamente, recreativos, lúdicos e culturais, podendo, nesses casos, cobrar receitas em virtude dessas cedências".

Dr. O. João Paulo de Sousa do PSD


Á volta destes dois pontos nós temos que ver o texto, mas o conteúdo essencialmente é este, que deixamos à consideração, esta discussão. -----

Presidente da Assembleia - É a proposta da adenda ao texto que se encontra neste momento aprovado. Vamos colocar à votação esta proposta apresentada, que acrescenta dois parágrafos à deliberação anterior. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstencões: Zero (00) -----

Votos a favor: Vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, João Silva, Maria Perpétua Ramos, Ana Cristina Patrício, Adriano Ferrão, Rui Serôdio Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro, Berto Palma. -----

Encontrava-se ausente a Sra. Francelina Lourenço. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO QUINTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, parque de Estacionamento P5, sito na Av.25 de Abril, Albufeira - Período máximo de duas horas diárias de estacionamento livre (gratuito) para fomento do comércio tradicional no centro antigo da cidade.-----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Fernando Cabrita - Eu penso que isto não tem discussão, aliás foi manifestado pelos comerciantes aqui presentes, uma certa ânsia que fosse aprovada uma medida desta natureza. -----

Fernando Neves - Esta proposta, ora vamos lá ver uma coisa; de um de Outubro a trinta de Abril é quando não há movimento lá em baixo, de um de Outubro a trinta de Abril é quando há menos movimento dos comerciantes, bem e esta história de provar que foi fazer compras é um bocado complicado um tipo chega lá em baixo, ao centro antigo mete o carro no parque e depois se não trouxer um documento, possivelmente aquilo tem um guarda não tem, para fazer prova que fez compras, como é que é? E porquê que este período, este estacionamento gratuito e só nesta altura, é quando há menos movimento é quando prejudica mais os comerciantes, têm mais facilidade vender quando no outro período do verão, o que é que isto vai beneficiar? É uma pergunta que eu faço e a história, de se provar que vai as compras, isto é um bocado complicado, e se a pessoa não levar ou for, enfim, esta é a minha pergunta sobre esta questão, que eu tenho dúvidas que isto vai resultar e que não vai levantar grandes problemas. -----

Presidente da Assembleia - Esse período é apenas em relação à primeira parte, a razão de ser deste período, neste período de menos afluência à baixa, motivar as pessoas a irem à baixa da cidade, -----

Fernando Neves - Se calhar é ao contrário. Em alturas que podem vender mais é que precisam que as pessoas vão lá, e o provar que foi às compras é um bocado complicado. Como é que isso vai funcionar? Tenho bastantes dúvidas sobre isto. -----

Presidente da Assembleia - É legítimo. -----

Fernando Neves - Eu estou de acordo que se estacione lá de graça, de borla, mas limitar isto ao período de Inverno. Facilitar o período de Inverno, quando no Verão é que os comerciantes precisam mais que as pessoas vão lá a baixo gastar a massa, e depois ainda têm que provar é o que aqui diz. -----

O Presidente da Assembleia - Coloca o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstencões. Uma (1) Fernando Neves -----

Votos s favor: Vinte e três (23) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, João Silva, Maria Perpétua Ramos, Ana Cristina Patrício, Adriano Ferrão, Rui Serôdio Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro, Berto Palma. ----
Estava ausente da sala o membro Francelina Lourenço. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

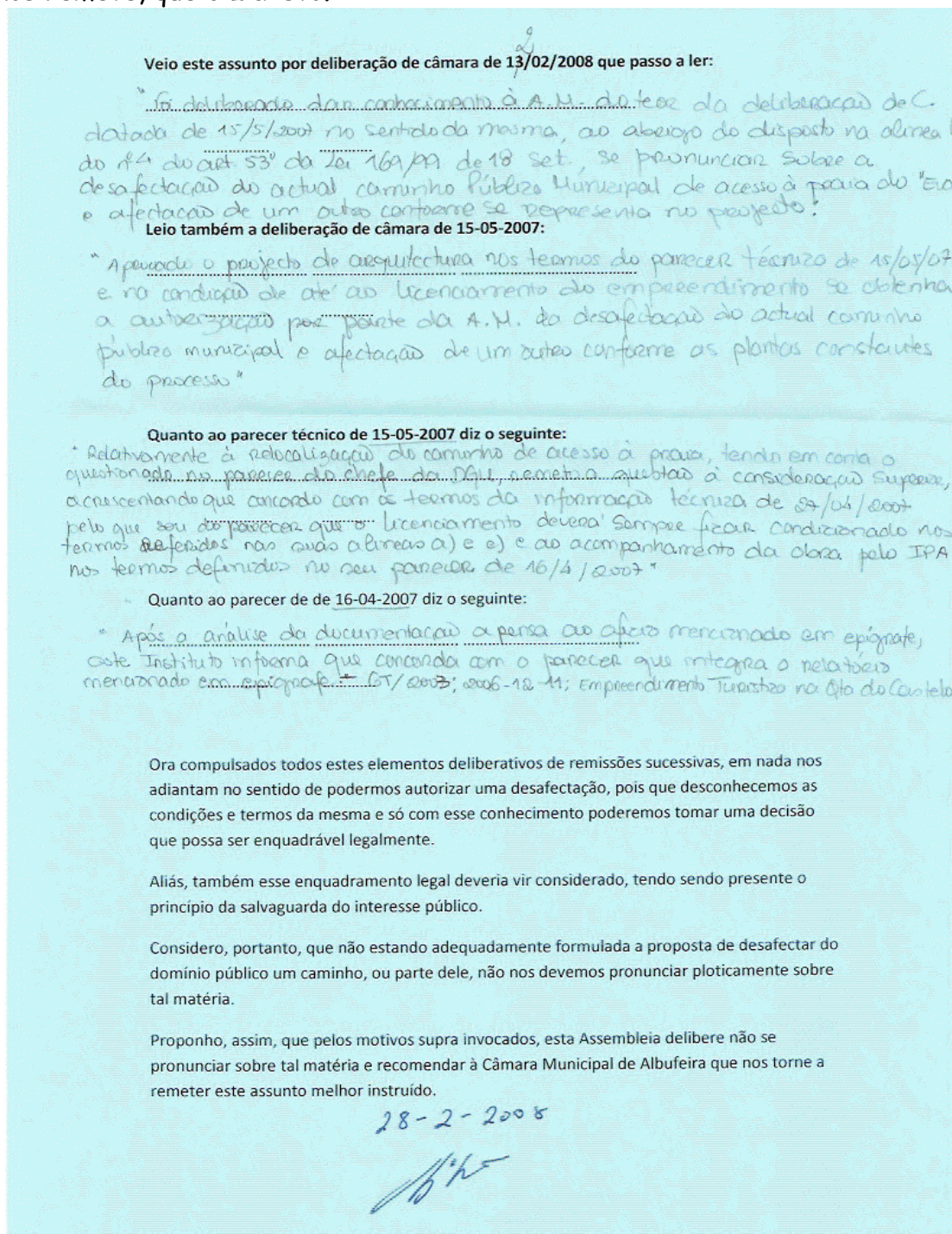
O Presidente da Assembleia coloca à votação a decisão da Assembleia de interromper a ordem de trabalhos e continuar no dia seguinte, por maioria decidem continuar. -----

PONTO SEXTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, sobre a desafecção do actual caminho público de acesso à praia do "Evaristo" e afectação de um outro -

Construção de um Hotel Apartamentos, Quinta do Castelo - Albufeira, nos termos da alínea b) do n.º 4 do Art.º 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro.-----

Presidente da Assembleia - Apresenta o ponto. Em relação a este ponto, eu mandei vir o processo para Assembleia, esteve ali e temos aqui uma deliberação da Câmara que é quem nos remete, que dizia isto.



Ricardo Silva - Eu só queria saber se de facto, na prática isto já não corresponde aquilo que lá está, ou seja o caminho já não esta construído? ou seja, era a minha questão, porque eu passei por lá e verifiquei de facto há lá já qualquer coisa. -----

Presidente da Assembleia - O caminho proposto, eu estive a ver o processo e também, tenho aqui outro parecer, que retirei de lá e já agora é um alerta que é feito pelo próprio técnico que diz que alerta-se que o caminho a afectar, conforme assinalado a

vermelho na planta da informação técnica de vinte e quatro de Janeiro já se encontra executado. Sem que estes serviços tenham acompanhado os trabalhos de execução, sem dizer que o mesmo não prevê passeios nem iluminação publica há uma informação técnica do processo já a dizer que, já há uma obra de caminho lá feita, que eu considero abusivo, alguém terá feito, provavelmente o dono, eu estaria mais preocupado é se o que era a desafectar tivesse sido destruído, isso é que realmente me preocuparia muito mais, portanto o que eu acho, já propus, é que a câmara deverá, ou não deverá, quando entender, voltar a remeter-nos este processo para que a competência de afectação do caminho publico é da Assembleia, mas para o fazer deverá mandar-nos o processo devidamente instruído, porque eu não me considero apto nem a dizer que sim nem que não, embora reconheça a que a minha primeira tentativa sevia dizer imediatamente que não, mas sou sensível a que possam haver argumentos e como entendo há aqui uma petição inepta, portanto não tem elementos que me permitam ajuizar sobre a goberdade da situação portanto entendo que não deve ser sarcjada a liberdade no sentido de poder vir e de facto o processo que nos possa a nós toda a liberdade de tomar uma decisão, a minha proposta esta á discussão, continua há discussão e está o ponto também há discussão. -----

Fernando Cabrita - A razão da minha intervenção há pouco, é exactamente porque estas questões às vezes, parecem o suficiente amadurecidas ou que não se tem o tempo suficiente para decidirmos com serenidade, e quando se consume de facto metade, por força das circunstancias e quando o público aqui também imprime, certo público talvez escusadamente, continua a ter todas as possibilidades de intervenção e de desgaste nestes pequenos tempos que nós temos que afinal acaba por ser uma vez por mês, ficamos depois com o tempo reduzido para discutir os assuntos, era essa a minha preocupação e também alguma impaciência que verifiquei do Sr. Presidente vai-me desculpar que faça esse reparo. Difícil a sua posição. -----

-

Presidente da Assembleia - Impaciência nenhuma, os senhores têm toda a liberdade para discutir o que quizerem. -----

Fernando Cabrita - Primeiro acho grave que se tenha aberto um caminho só se isso foi feito em termos de caminho para a obra ou para a própria urbanização que está a ser feita e sem se logo revelar que aquele será o caminho de substituição porque primeiro antes de se fazer o caminho e dar a situação como efectiva e portanto já definitiva, já realizada deveria ter-se proposto primeiro, apresentado o projecto, fundamentando com uma memória descritiva, sim pretende-se mudar este caminho para aqui e por estas razões, assim e assado. Portanto estou de acordo, que isto se deva discutir, porque se isto vem à Assembleia é porque é um caminho público. Vai-se privar a generalidade dos munícipes e dos visitantes a utilizar aquele caminho que há décadas ou até mais que décadas, mais que um século a utilizar, se não forem mais portanto, tem de ser debatido na Assembleia. Se é debatido na Assembleia, ela tem que ter conhecimento de causa, penso que esta é uma forma ínvia de apresentar, já que estamos a falar de caminhos. É, de facto, uma forma ínvia de apresentar esta situação. Nós gostaríamos de ter uma coisa fundamentada para sabermos das reais

conveniências em utilizar aquele caminho e não o antigo, o tradicional porque não temos de estar aqui só a reboque dos interesses do hotel ou da urbanização. -----

Presidente da Assembleia - Aliás, eu em relação a essa questão dos interesses, eu não minha proposta ponho que aqui muito claramente que tem que vir aqui com a salvaguarda do interesse publico, sobre isso, não quero que fique qualquer dúvida, a mais pequena dúvida. -----

Fernando Neves - Eu fui lá pessoalmente ver, e concordei penso que vou aceitar retirar da ordem do dia e não dar aquilo que lá está. Há um caminho eu fui lá pessoalmente, e fiquei surpreendido quando me dizem que ninguém sabia que o caminho tinha sido aberto, os caminhos que lá estão, que são vários do domínio publico, ninguém mexeu, mas há um que foi feito, alcatroado e tudo, e este aqui a vermelho, alcatroado, como é que se consegue alcatroar uma coisa e que ninguém sabe quem é que fez, alguém fez, naturalmente, bem e isto eu não consultei a planta, mas a ideia que tenho, depois de lá ver aquilo, tem um caminho antigo, tinha, digamos a entrada, e uma espécie de pórtico, se for autorizado lá o hotel, aquilo que estou a ver pessoalmente, é aquele pórtico é só pôr lá um portão, já ninguém passa por lá, pelo caminho público. Os caminhos públicos tem vários, e fica este, vai directo à praia, ora bem, isto também mexe com a população, e a população daquela zona só vai ter conhecimento disto, quando a coisa for concretizada, se isto for para a frente, o que é que acontece? Eles vão fazer o hotel, fecham aquele coisito, que já está feito, é só meter lá um portãozinho, fazem um murozinho em volta, se calhar dali para baixo e ninguém lá aparece depois, alguém vai entrar lá, só que, no meu ponto de vista, a população vai ser prejudicada com isto, vai se dar ao privado uma coisa que é pública, e daí eu concordar, com a posição do Sr. Presidente em retirar isso para se ver isso melhor, e claro a população, não teria que ser ouvida? Se se vai dar um caminho público, quem utilizava aquilo, e é capaz de utilizar não terá que ser ouvida também. -----

Presidente da Assembleia - Aliás, Sr. Neves na sequência das perguntas que o Sr. fez esta informação lá esta o tal caminho e de vinte e sete de Fevereiro de dois mil e oito portanto de ontem, se calhar foi na sequência do Sr. ter feito essas perguntas que alguém foi lá ver. -----

Fernando Neves - Não, eu é que fui lá ver. -----

Presidente da Assembleia - Pois na sequência do Sr. ter ido ver e ter questionado. -----

Fernando Neves - Não, eu não perguntei a ninguém. -----

Presidente da Assembleia - o Sr. disse que tinha perguntado e ninguém sabia. -----

Fernando Neves - Fui só lá ver. -----

Presidente da Assembleia - O processo está na Assembleia Municipal. Quem quiser consultar, está lá o processo completo. -----

Coloca à votação a proposta de retirar. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstenções: Zero (00) -----

Votos a favor: Vinte e quatro (24) Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, João Silva, Maria Perpétua Ramos, Ana Cristina Patrício, Adriano Ferrão, Rui Serôdio Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves,

Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro, Berto Palma. -----

Encontrava-se ausente da sala- Francelina Lourenço. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO SÉTIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da bancada da CDU, de uma Moção sobre "A revisão da Lei Eleitoral para as autarquias locais".-----

Presidente da Assembleia Municipal - apresenta o ponto. -----

Fernando Neves - lê a moção do CDU. -----



MOÇÃO

Sobre Projecto de Lei nº 431/X – Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais

O Poder Local tem constituído um espaço insubstituível de participação das populações, dos agentes locais e dos partidos políticos na vida democrática das Freguesias, dos Municípios e de Portugal.

O Poder Local Democrático é património colectivo dos Portugueses, indissociável da imensa e profunda transformação qualitativa do País registada nas últimas três décadas, assente no desenvolvimento local e com enorme reflexo na qualidade de vida das populações, contribuindo de forma decisiva para a afirmação de dinâmicas regionais, mesmo na ausência da Regionalização prevista na Constituição da República.

Enquadram-se neste domínio a Organização Associativa dos Municípios, a Cooperação Intermunicipal ou o balanço claramente positivo na utilização de fundos comunitários.

Neste contexto, é indispensável destacar o papel do Poder Local Democrático no investimento público em Portugal, em áreas essenciais como o Abastecimento de Água, o Saneamento e Tratamento de Efluentes, a Rede Viária, a Rede Pública de Jardins de Infância e do 1º Ciclo do Ensino Básico ou a cobertura nacional de Equipamentos Culturais, Desportivos e Sociais.

O Poder Local, emanção da vontade das populações, tem assumido desde o 25 de Abril de 1974 um valioso contributo para a construção e o aprofundamento da Democracia, num modelo inseparável da eleição directa dos executivos municipais.

A realidade é que, nestas mais de três décadas e expurgando muito poucos exemplos negativos, o Poder Local tem-se inegavelmente afirmado, em Portugal, como um modelo de referência de funcionamento democrático do Estado, de construção participada na resposta às necessidades das populações, de proximidade dos cidadãos em relação à gestão autárquica, de possibilidades de controlo democrático permanente da actividade dos eleitos.

A verdade inquestionável é que estamos perante um quadro de exercício do Poder Local consagrado constitucionalmente, que honra a Democracia Portuguesa e que importa preservar, valorizar e aprofundar.

O Projecto de Lei na. 431/X, com a designação de Lei Eleitoral dos Órgãos das Autarquias Locais (alterações), em apreciação na Assembleia da República, elimina a eleição directa das Câmaras Municipais.

Trata-se de um modelo que visa garantir uma maioria absoluta à força política que detenha a Presidência, de forma artificial e administrativa, em prejuízo do funcionamento colegial dos Órgãos Autárquicos e do acompanhamento plural da gestão

dos executivos municipais, reduzindo drasticamente o quadro de fiscalização democrática e de gestão transparente.

Trata-se de uma proposta que, em clara contradição com a afirmação expressa na exposição dos motivos do referido Projecto de Lei nº 431/X, onde se refere visar "maior e mais efectiva responsabilização -que favoreça a desejável transparência e uma mais directa relação entre os eleitos e os seus eleitores", tem efectivamente na sua base uma concepção de poder absoluto e de personalização extrema, que subverte o princípio fundamental da representatividade política nos executivos municipais como expressão da escolha directa dos eleitores.

No modelo proposto, é o Presidente da Câmara eleito que determina, por sua escolha pessoal, a composição da maioria absoluta do executivo, não sendo sequer obrigado a cumprir a ordem de eleição para a Assembleia Municipal.

Um outro argumento que pretende justificar a alteração do modelo de eleição dos executivos municipais é o da "(...) criação de melhores e efectivas condições de governabilidade (...)". Um argumento que cai redondamente por terra porquanto é fácil constatar que, com o actual sistema eleitoral, e ao longo de mais de 30 anos e nove mandatos autárquicos, apenas em 20 vezes - menos de 1 % do total dos 2755 executivos municipais que foram constituídos neste período - foi necessário recorrer a eleições intercalares.

E mesmo neste quadro importa referir que, em metade destas situações, a Presidência das Câmaras Municipais era exercida com a maioria absoluta de eleitos pela respectiva força política.

Interessa neste contexto, e face ao Projecto de Lei apresentado, sublinhar as questões que subvertem por completo o actual modelo em que assenta o Poder Local Democrático em Portugal:

1. Garantir uma maioria absoluta de mandatos, mesmo quando essa não é a vontade expressa pelos eleitores, ao reduzir artificialmente a representação das forças políticas minoritárias e ao assegurar a atribuição de mandatos à força maioritária para além da sua representatividade.
2. Atribuir ao Presidente da Câmara Municipal um poder absoluto e discricionário na escolha dos membros que integram o executivo municipal, a partir de um modelo de composição do órgão apenas dependente da sua vontade - e alterável em qualquer momento -, em substituição do funcionamento colegial.
3. Reduzir à expressão mínima a pluralidade da composição dos executivos municipais, com inevitáveis consequências no empobrecimento democrático do Poder Local e na capacidade de fiscalização e controlo directo da actividade da Autarquia.

A aplicação desta proposta de novo quadro legal significaria, considerando os resultados das últimas eleições autárquicas e em comparação com a composição actual dos executivos municipais, excluir 242 eleitos em representação das forças políticas não maioritárias, empobrecendo a expressão da pluralidade em 226 municípios.

4. Pretensamente em nome da "governabilidade", o que se propõe é um sistema que, pelos seus princípios, pode pelo contrário levar à institucionalização da instabilidade ao prever a possibilidade da queda da Câmara Municipal - com a realização de eleição intercalar - pela aprovação de uma moção de censura por 3/5 dos eleitos directos na Assembleia Municipal.

5. Em nome da "Eficácia", o que se propõe é um modelo de parlamentarização da vida autárquica, eliminando uma realidade inegavelmente positiva no seu conjunto, de trabalho, diálogo, participação e cooperação dos eleitos na resolução dos problemas concretos das populações e na construção do progresso local.

6. Em nome de uma "maior homogeneidade" e de assegurar a "governabilidade" garantindo uma maioria absoluta - já hoje existente em 281 Câmaras Municipais, que correspondem a mais de 90% dos Municípios do país - institui-se um sistema assente numa concepção absoluta do Poder.

7. Em nome da "Democracia" e de uma solução para as actuais "distorções", "cuja correcção se impõe", aos presidentes das Juntas de Freguesia continuará a ser assegurada a sua participação na Assembleia Municipal - que se tem constituído como uma inegável mais valia pela proximidade dos eleitos às populações -, mas é inconcebível que estes eleitos passem a deter um estatuto de clara menorização, ao serem arredados da possibilidade de decisão em questões essenciais para a vida Municipal - Grandes Opções do Plano e Orçamento, Fiscalização da Actividade da Câmara Municipal, Constituição do Executivo Municipal e Deliberação de Moção de Rejeição.

Em consonância com este quadro de análise, a Assembleia Municipal de Albufeira delibera:

1. Reafirmar os princípios constitucionalmente consagrados para o Poder Local Democrático:

- Respeito integral pela vontade manifestada no voto popular;
- Exercício do Poder Colegial Democrático e Transparente, expresso na gestão participada e no controlo democrático da actividade dos eleitos;
- Proximidade entre a gestão autárquica e as populações.

2. Manifestar frontal e público desacordo quanto à forma e conteúdo do projecto de lei nº 431/X - Lei Eleitoral dos órgãos das Autarquias Locais (alterações) nomeadamente no que se refere:

- a. À eliminação da eleição directa das Câmaras Municipais, acentuando o seu carácter presidencialista e colocando em causa o funcionamento colegial e plural deste órgão;
- b. Ao não cumprimento do princípio constitucional da proporcionalidade, expresso num modelo que levará à constituição de executivos administrativamente maioritários, não respeitando os resultados eleitorais;
- c. Ao pendor vincadamente presidencialista, redutor do espaço democrático dos órgãos autárquicos executivos e da transparência de fiscalização;
- d. Ao pretenso reforço dos poderes de fiscalização do órgão deliberativo assente no poder de moção de censura das Assembleias Municipais, quando ao mesmo tempo não lhes é atribuída a capacidade para intervir na alteração das Grandes Opções do Plano e Orçamento;
- e. Ao inconcebível estatuto de menoridade conferido neste projecto aos Presidentes de Junta de Freguesia enquanto membros das Assembleias Municipais, arredados da capacidade de decisão em questões essenciais para a vida municipal.

3. Remeter esta Deliberação às seguintes entidades:

- Presidente da República;
- Presidente da Assembleia da República;
- Primeiro-ministro;
- Secretário de Estado da Administração Local;
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República;
- Comissão Parlamentar do Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território;
- Comissão Parlamentar dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias;
- AMAL - Associação de Municípios do Algarve;
- Junta Metropolitana do Algarve;
- Assembleia Metropolitana do Algarve;
- Grandes Áreas Metropolitanas, Comunidades Urbanas e Associações de Municípios;
- Câmaras Municipais;
- Assembleias Municipais;
- Comunicação Social.

APRESENTADO NA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
SESSÃO ORDINÁRIA de 28/2/2008

Fernando Cabrita Neto

Presidente da Assembleia - Coloca o ponto a discussão. -----

Vitor Neto - Nós compreendemos as posições do nosso colega da CDU. São coerentes com as posições que têm defendido mas gostava de dizer que, nós discordamos. Discordamos da filosofia de fundo que põe em causa, o projecto de Lei apresentado na Assembleia da República que ele referiu e sobre o qual podemos divergir num ponto ou noutro, num ou noutro aspecto, mas que está em discussão na assembleia da República, já foi aprovado na generalidade, foi aprovado, foi apoiado na generalidade por vários partidos, e portanto mesmo sabendo que hoje há polémica, sobre alguns pontos em especialidade, poderão haver alterações e poderão haver compromissos ou não compromissos, poderá haver certo debate enquanto esse processo estiver a decorrer eu acho que, quem estiver de acordo, no nosso caso com a filosofia de fundo desse projecto de lei, temos que aguardar é por isso nos não podemos aprovar e vamos votar contra esta proposta da CDU. -----

Presidente da Assembleia Municipal - Coloca o ponto à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: Seis (06) Pedro Ferro, Ricardo Silva, Vítor Neto, Fernando Cabrita, Francisco Oliveira e Berto Palma. -----

Abstenções: Catorze (14) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, João Silva, Maria Perpétua Ramos, Adriano Ferrão, Rui Serôdio Bernardo, Manuel Gonçalves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita. ---
 Votos a favor: Um (01) Fernando Neves. -----

Encontravam-se ausentes da sala: Ana Cristina Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Guerreiro e Fernando Gregório. -----

Presidente Assembleia Municipal - Eu diria apenas para constar que, não veria qualquer engodo a que isto passa-se, até porque não há nenhum documento final, mas eu também não conheço o que é fundo neste momento. O pormenor está em discussão. Como está tudo em aberto não haveria qualquer problema que isto passasse, e por isso a razão da minha abstenção. É a minha declaração de voto. -----

Fernando Neves - Qual foi o resultado da votação. -----

Presidente da Assembleia - O resultado da votação foi reprovado com catorze abstenções e seis votos contra, quatro ausências e um voto a favor. -----

PONTO OITAVO e PONTO NONO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão das Grandes Opções do Plano 2008/2011, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art.º 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro; -----

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1ª revisão do Orçamento para 2008, nos termos da alínea b) do n.º 2 do Art. 53º da Lei n.º169/99, de 18 de Setembro. -----

Presidente da Assembleia - Apresenta os pontos oito e nove e põe à discussão em conjunto. -----

Francisco Oliveira - Sr. Presidente, na sequência do que tem sido a posição do Partido Socialista relativamente as opções do plano e orçamento entendemos que se mantém a mesma filosofia e como tal vamos votar a abstenção e vamos abster-nos destes dois pontos. Verificamos que no segundo caso, no caso do orçamento, se verificou aqui um erro, penso é um erro, na contabilização de uma escola e portanto a necessidade de abertura de um item para essa situação, de qualquer das maneiras, está em causa, a política em si, não voto propriamente as questões em particular. -----

O Presidente da Assembleia coloca os pontos à votação. -----

VOTAÇÃO: GRANDES OPÇÕES DO PLANO -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstenções: Seis (06) - Vítor Neto, Fernando Cabrita, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Berto Palma. -----

Votos a favor: Quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, João Silva, Maria Perpétua Ramos, Adriano Ferrão, Rui Serôdio Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita. -----

Encontravam-se ausentes da sala: Ana Cristina Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Guerreiro e Fernando Gregório. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes. -----

VOTAÇÃO ORÇAMENTO: -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstenções: Seis (06) Vítor Neto, Fernando Cabrita, Francisco Oliveira, Pedro Ferro, Ricardo Silva e Berto Palma. -----

Votos a favor: Quinze (15) Carlos Silva e Sousa, Francisco Calhau, Paulo Freitas, João Silva, Maria Perpétua Ramos, Adriano Ferrão, Rui Serôdio Bernardo, Manuel Gonçalves, Fernando Neves, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Eugénia Baptista, Ana Pífar, Hélder Sousa, José Cabrita. -----

Encontravam-se ausentes da sala: Ana Cristina Patrício, Francelina Lourenço, Francisco Guerreiro e Fernando Gregório. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes. -----

Presidente da Assembleia Municipal ausenta-se da sala. -----

PONTO DÉCIMO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Adesão do Município à Confraria dos Enófilos e gastronómica do Algarve, nos termos da alínea m) do n.º2 do art.53º da Lei n.º169/99, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro; -----

Maria Eugénia Baptista - Apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Fernando Neves - Isto já vai sendo um hábito, estas situações, aqui no concelho de Albufeira, é a columbófila quando quer dinheiro da Câmara, enfim, arranja uma associação e depois nós contribuintes, temos que pagar para eles porem os pombos a voar e agora em relação a isto, é uma quota anual de duzentos euros, uma jóia de quinhentos euros, é mais de 250 euros, e 2.500 euros e são estas despesas, eu penso, não percebo porque é que a gente vai. Eu abstenho-me. Vai-se inscrever nisto, e depois é preciso ir provar o vinho, porque é que não são as pessoas que entram para sócias que pagam do seu bolso. Quando vão lá provar o vinho, e tal quando vão lá a um almoço ou jantar, mas há muitas coisas dessas por aí, A CDU vai votar contra. -----

Presidente da Câmara - Eu só quero dizer que isto é uma Instituição Regional, para defesa da gastronomia e dos vinhos do Algarve e que quase todas as câmaras neste momento são sócias, e digamos que é um processo naturalíssimo, dentro dos objectivos desta instituição, para reforçar a proposta que aqui está. -----

Não havendo mais intervenções coloca o ponto à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: Um (01) Fernando Neves. -----

Abstenções: Um (01) Pedro Ferro. -----

Votos a favor: Dezoito (18) Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, João Silva, Maria Perpétua Ramos, Adriano Ferrão, Rui Serôdio Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Sílvia Rosa, Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro. ---

Estavam ausentes da sala: Carlos Silva e Sousa, Ana Cristina Patrício, Francelina Lourenço, Vítor Vieira e Berto Palma. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes. -----

PONTO DÉCIMO PRIMEIRO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da Alteração por Adaptação do PDM de Albufeira, nos termos da alínea b) do n.º3 do art.53º da Lei n.º169/99, na redacção da Lei n.º5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

O Presidente da Assembleia apresenta o ponto e passa a palavra aos membros. -----

Não havendo intervenções o Presidente da Assembleia coloca o ponto à votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: Zero (00) -----

Abstenções: Uma (01) Fernando Neves. -----

Votos a favor: Vinte e três (23) - Carlos Silva e Sousa, Vítor Neto, Francisco Calhau, Paulo Freitas, Fernando Cabrita, João Silva, Maria Perpétua Ramos, Ana Cristina Patrício, Adriano Ferrão, Rui Serôdio Bernardo, Manuel Gonçalves, Francisco Oliveira, Vítor Vieira, Sílvia Rosa, Pedro Ferro, Eugénia Baptista, Ana Pífar, Ricardo Silva, Hélder Sousa, Fernando Gregório, José Cabrita, Francisco Guerreiro, Berto Palma. ----

Estava ausente da sala: Francelina Lourenço. -----

A proposta foi aprovada por maioria dos presentes. -----

Antes de encerrar a sessão, foi aprovada, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

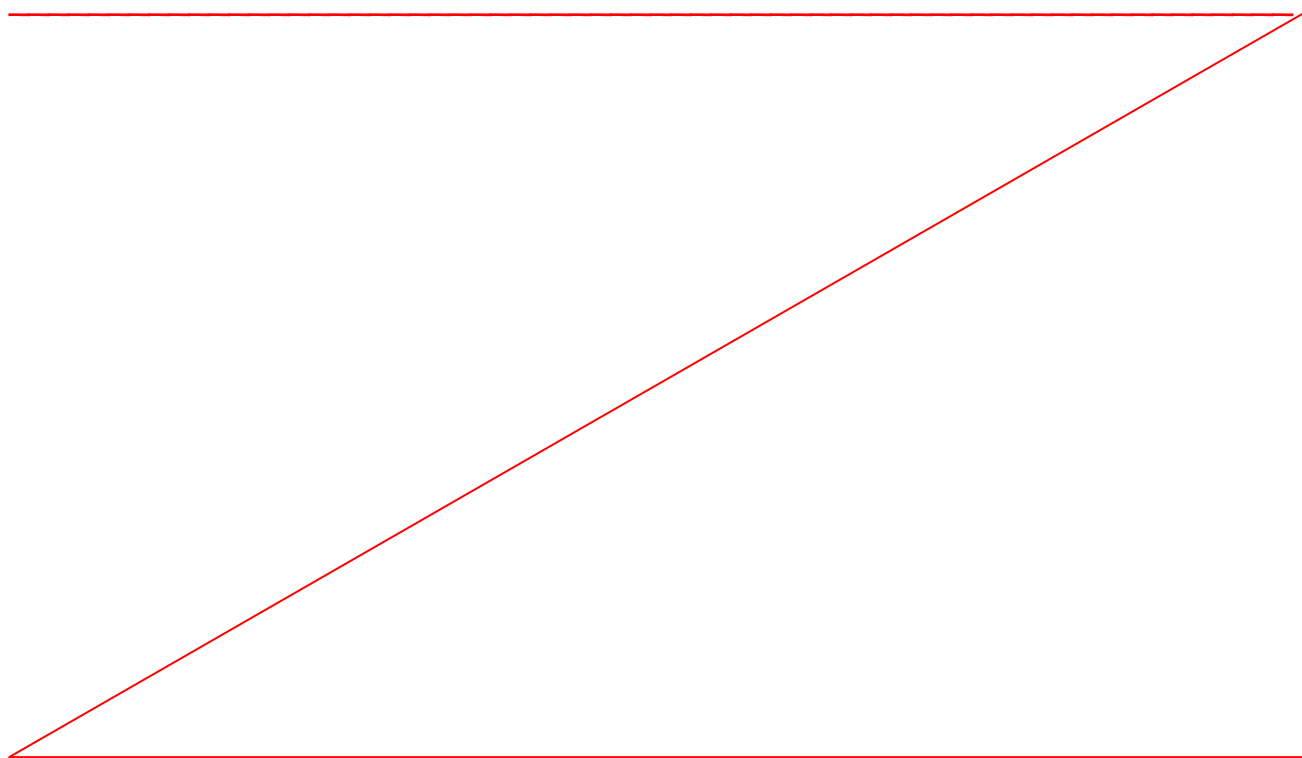
Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Sr. Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca da 01:00 h, de que foi lavrada a acta que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

Albufeira, 28 de Fevereiro de 2008 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

O PRIMEIRO SECRETÁRIO _____

O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





Continuação em 28 de Fevereiro de 2008
da
Tomada de Posse
do
Conselho Municipal
de Segurança de
Albufeira

**Realizada na sessão ordinária da Assembleia
Municipal de Albufeira de 28 de Fevereiro de 2008**

Isabel Maria Gago Antão - Representante da AHISA; -----

• Isabel Maria Gago Antão

Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo - Cidadão de reconhecida idoneidade designado pela Assembleia Municipal de Albufeira; -----

• [Assinatura]

O Presidente da Assembleia Municipal, Carlos Eduardo da Silva e Sousa -----

[Assinatura]

O Primeiro Secretário -----

[Assinatura]

O Segundo Secretário -----

Isabel Maria Gago Antão